

SEPULTADA POR FOSTER DULLES A «OPERAÇÃO PAN-AMERICANA»

(Leia EDITORIAL na 3ª Pag.)

VOZ OPERÁRIA

Nº 479 — RIO DE JANEIRO, 9 DE AGOSTO DE 1958.



PREÇO
do Exemplo
3 00

Com o ardor característico da mocidade, um orador usa da palavra no XXI Congresso Nacional dos Estudantes, há pouco realizado em Baurú (Leia, na 12ª página, reportagem de MOACIR LONGO)



FOSTER DULLES —

O super-diplomata «ESSO»..

Nunca se viu tanta concentração policial como por ocasião da estada de Mr. Dulles no Rio. Por ocasião da passagem do odiado diplomata norte-americano pela sede da UNE, na praia do Flamengo, ficou a Casa da Resistência Democrática completamente cercada por cordões de diversas polícias. Nem mesmo jornalistas e fotógrafos puderam se aproximar, como se vê na foto. Sobre a repercussão política da visita de Dulles, leia na página central um artigo de PAULO MOTTA LIMA

(LEIA NA 5ª PAG.)

O Primeiro Passo Para Um Diário de Massas

Artigo de MARIO ALVES

A Petrobrás não é uma experiência, mas uma vitória do monopólio estatal

Inverterá em 6 Anos Mais do Que o Bilhão de Dólares Dos Anunciados Contratos Dos Trustes Com o Governo Argentino

(Reportagem de Orlando BONFIM JUNIOR, na página Central)



NESTE NÚMERO

★ NOTAS SOBRE LIVROS

Astrojildo Pereira
(NA 5ª PAG.)

★ Por Que 'ão Andam os Trabalhos de Revisão do Salário-Mínimo ?

(TEXTO NA 5ª PAG.)

★ QUE FAZ O BRASIL NO GATT ?

(VIDA ECONÔMICA NA 3ª PAG.)

★ Contra a Ditadura Pessoal e Militar de De Gaulle

Informe de Maurice Thorez
(NA 4ª PAG.)

Encontro Kruschiov-Mao Tze-Tung indica o Caminho da Paz Mundial



MOSCOU, (Agência TASS) — Primeiro Congresso da União Internacional de Arquitetos — Esse importante conclave realizou-se em julho último na Capital soviética. A foto mostra a mesa da presidência do Congresso. Da esquerda para a direita: Nicolai Barakou, o engenheiro-técnico M. M. Tikonov m da República Árabe Unida; L. Piccinato, da Itália; Van Hove, da Bélgica; Jean Chumi, da Suíça; Pavel Abrossimov, da URSS; Hector Mardones, do Chile; Michelle Dar, representante da UNESCO.

Congresso Pelo Desarmamento E a Cooperação Internacional

A Assembléia de Estocolmo condenou a agressão imperialista no Oriente Médio

Em Estocolmo, Suécia, realizou-se de 16 a 22 de julho o Congresso pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional. Convocado há vários meses, o Congresso se reuniu em circunstâncias dramáticas. Acabava de ser levada a efeito a agressão armada dos imperialistas norte-americanos e ingleses no Oriente Médio, com o desembarque de suas tropas no Líbano e na Jordânia. Estes atos de guerra vinham pôr em perigo a própria paz mundial, fazendo surgir novamente o espectro de uma catástrofe atômica.

Num ambiente de elevada unidade de pontos de vista, foram aprovados pelo Congresso importantes documentos destinados a alertar as forças que salvaguardam a paz. O Congresso adotou um Apelo à ONU, clamando a a tudo fazer pela imediata retirada das tropas intervencionistas do Oriente Médio e pelo retorno aos métodos de solução pacífica dos problemas internacionais previstos na Carta da Organização das Nações Unidas.

Joliot-Curi, cientistas e escritores soviéticos, poloneses, chileneses, de numerosos países da Ásia, África e América Latina.

O Congresso pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional foi uma poderosa demonstração da unidade e da força do movimento mundial pela paz. Não obstante a campanha de silêncio com que a reação e os provocadores de guerra tentam diminuir sua repercussão, as resoluções aprovadas em Estocolmo encontrarão ressonância no seio de cada povo e serão um fator de mobilização e organização das incomensuráveis forças empenhadas em manter a paz.

O Congresso foi altamente representativo, contando com delegados de quase todos os países do mundo. A ele compareceu uma representação dos partidários da paz do Brasil.

Em dias de grande tensão internacional, os delegados ao Congresso de Estocolmo viram acrescidas suas responsabilidades perante os povos. E o Congresso pôde revelar-se como autêntico porta-voz dos mais altos anseios de paz que movem a humanidade.

Outro apelo foi dirigido pelo Congresso aos povos sobre a situação no Oriente Médio. Nesse documento afirma-se que «a intervenção militar no Oriente Médio só será detida se os povos de todo o mundo atuarem energética e imediatamente», pois somente desta forma pode ser evitada uma catástrofe universal.

Em mensagem aos povos e aos governos, o Congresso pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional se pronuncia em favor da convocação de uma Conferência imediata de chefes de Estado a fim de pôr termo à intervenção armada no Oriente Médio e obter a evacuação sem demora das tropas anglo-americanas enviadas ao Líbano e Jordânia.

Elaborada pela Comissão de Desarmamento, o Congresso aprovou uma Declaração em favor da cessação das experiências com armas nucleares e pelo desarmamento, pronunciando-se por uma Conferência internacional com este objetivo. A Conferência, na qual estariam representados todos os governos, deveria reunir-se o mais tarde em 1959.

A presidência do Congresso apresentou uma resolução especial ante a agressão dos Estados Unidos no Líbano. «O Congresso protesta solenemente contra esta ação, que viola os próprios princípios da Carta das Nações Unidas» — diz a resolução. E dirige um apelo a todos os povos para que atuem por todas as formas objetivando a cessação imediata das agressões e intervenções em curso e para impedir um conflito cuja extensão ameaçaria os destinos da humanidade.

Estes importantes documentos contaram com o apoio e a aprovação calorosa de eminentes personalidades mundialmente conhecidas, representantes de diferentes povos, como a sra. Ramechvari Nehru, da Índia, o ex-Ministro francês deputado Pierre Cot, o famoso cientista inglês John Bernal, o professor

«Dulles Está Por Demais Desanimado E Velho»

Nos últimos dias, precisamente enquanto o sr. Foster Dulles se encontrava no Brasil, a imprensa dos Estados Unidos atacava mais acerbamente o Secretário de Estado norte-americano.

«O Estado de São Paulo», numa correspondência de Washington, revelava, por exemplo, que está sendo exigida abertamente a substituição do sr. Dulles no Departamento de Estado. Um dos motivos é que sua política de levar o mundo às portas da guerra tem «ajudado» a provocar as últimas crises. Na verdade, a política agressiva de Dulles é o principal fator de situações graves como a que surgiu no Oriente Próximo e Médio, com a invasão do Líbano pelos norte-americanos.

Um colaborador do «New York Times», James Reston, afirma que há «desacordo básico entre os mais categorizados conselheiros do presidente Eisenhower em matéria de política exterior...»

Crítica mais contundente ainda a Dulles foi feita pelo conhecido comentarista americano Walter Lippman. Escreve ele que Dulles «está sonhando de olhos abertos e demonstra a maior falta possível de realismo nas questões de política externa. Conclui Lippman: Dulles «está por demais atarefado, cansado, desanimado e velho. Está começando a parecer que a presidente... necessita de ajuda de alguns espíritos mais jovens.»

uma vez a conferência de cúpula.

Os Estados Unidos não queriam discutir seriamente a nova ameaça de guerra que paira sobre o mundo com a sua infame agressão no Oriente Médio. As tropas americanas permanecem no Líbano, as tropas britânicas na Jordânia, não está afastado o perigo de um ataque à nova República do Iraque nem à República Árabe Unida. Este perigo subsistirá enquanto os agressores não se retirarem dos países que ocuparam.

Assim, a ida de Kruschiov a Pequim foi ao mesmo tempo uma advertência aos imperialistas e um fator de profunda confiança aos povos que lutam pela liberdade e a independência. Não pode ser contida a onda que se avoluma e que varre os restos do decadente sistema colonial. Os acontecimentos do Iraque são a melhor prova disso. Um país que estava amarrado pelos imperialistas ao Pacto Militar de

Magdad quer a liberdade e hoje é um exemplo aos demais povos do mundo árabe, a todos os povos coloniais e dependentes. Ao ato de força — que foi também um ato de desobediência — dos imperialistas — americanos-ingleses no Líbano e na Jordânia, a resposta foi a solidariedade universal às vitimas da agressão e a enorme simpatia para com os povos do Oriente Próximo e Médio. O encontro Kruschiov-Mao Tse-tung é mais um testemunho claro de que os povos dos países socialistas estão firmemente ao lado de todos os povos que lutam pela independência nacional.

No comunicado conjunto (cujo texto fiel reproduzimos em próximo número da VOZ OPERÁRIA) os dois estadistas manifestam a disposição de empenhar todos os esforços para a manutenção da paz. Insistirão num acordo entre as grandes potências pela redução dos armamentos, suspensão das experiências com armas atômicas e de hidrogênio, liquidação de todos os blocos militares e de todas as bases em território estrangeiro e assinatura de um pacto de paz e de segurança coletiva. Mas a paz não depende unicamente dos esforços dos Estados socialistas. Cabe aos círculos governantes dos países capitalistas abandonar seus planos bélicos, seus sonhos insensatos de deter o avanço dos povos no rumo da liberdade, e tomar o caminho da coexistência pacífica.

O encontro Kruschiov-Mao Tse-tung veio mostrar que esta alternativa ainda é possível e sem dúvida a mais sensata.

AJUDE VOZ OPERÁRIA FAZENDO UMA assinatura!

Teve enorme repercussão internacional a visita de 4 dias do chefe do governo soviético, Nikita Kruschiov, à República Popular da China. Acompanhado do Ministro da Defesa da URSS, marechal Malinovski, e de outras personalidades do governo soviético, Kruschiov conferenciou em Pequim com o presidente Mao Tse Tung, o primeiro ministro Chu En-lai, o Ministro da Defesa da República Popular da China, Pen Teh-huai, sobre a presente situação internacional.

Ante a brutal intervenção dos imperialistas norte-americanos e ingleses no Oriente Médio, as potências socialistas não podiam cruzar os braços. Ao apelo de Kruschiov, no dia seguinte à agressão dos Estados Unidos no Líbano, para que se realizasse imediatamente uma conferência de chefes de Estado das grandes potências, os governantes americanos e ingleses tergiversaram por todos os meios. Seu objetivo era impedir mais



Desenho de Abranov, publicado na "Pravda"

Crônica Internacional Assembléia de Emergência da ONU

REUNIAO dos Chefes de Estado, segundo as últimas informações, não mais se realizará, pelo menos no momento atual. A União Soviética, em face do impasse a que haviam chegado as negociações preliminares para esse encontro, decidiu pedir a imediata convocação de uma assembléia geral de emergência da ONU.

A U.R.S.S. se havia declarado disposta a aceitar a variante anglo-norte-americana de uma reunião de Chefes de Estado no seio do Conselho de Segurança, da qual participassem, como convidados, o governo da Índia e os países árabes interessados. No entanto as potências ocidentais levantaram duas novas dificuldades. Por um lado, De Gaulle, chefe do governo francês, recusou-se a participar de uma reunião no seio do Conselho de Segurança, atendendo-se à primeira fórmula soviética de uma reunião na Europa dos chefes de Estado das três potências ocidentais, da União Soviética e da Índia, e mais o secretário-geral da ONU, sr. Dag Hammarskjöld. Por outro lado, o governo norte-americano, não satisfeito com a exigência de uma reunião no seio do Conselho de Segurança, passou a querer impôr para regimento da mesma o regimento ordinário desse órgão da ONU, cuja composição atual assegura aos Estados Unidos maioria absoluta. O chefe do governo da Índia, e os demais convidados, não teriam assim nessa reunião o direito de voto, que seria limitado aos membros efetivos do Conselho de Segurança, inclusive o representante da camarilha de Chiang Kai Chek, além com direito de voto. A única novidade seria a presença dos chefes dos governos dos Estados Unidos, da URSS, e da Inglaterra, como delegados de seus países. O chefe do governo da França não compareceria.

Ao mesmo tempo desenrolavam-se no Oriente Médio, novos e importantes acontecimentos. O governo republicano do Iraque foi reconhecido oficialmente pela maioria das nações, ficando assim completamente isolado o rei Hussein, da Jordânia, em suas tentativas de reconstituir a união iraqueno-jordanense, com o apoio das tropas britânicas. A continuação do envio por via aérea de novos

contingentes ingleses foi praticamente impedida com a decisão de Israel de proibir os vôos de aviões militares sobre o seu território. No Líbano tentou-se uma solução parlamentar da crise política, com a eleição para presidente da República do general Fuad Chehab, apesar da tentativa de última hora do primeiro ministro do governo Chamoun para impedi-la. O general Chehab é considerado um elemento mediador aceitável pelas forças da oposição, e sua posição política reforçou-se consideravelmente quando declarou que seu primeiro ato de governo seria pedir a retirada imediata das tropas de ocupação norte-americanas.

Os imperialistas ianques, num gesto de franco desespério em face de todos esses acontecimentos favoráveis às forças da paz, em lugar de retirarem suas tropas fizeram novos desembarques e algumas demonstrações de força, contando para isso com o apoio ostensivo de Chamoun, que insiste em manter-se no governo até o término do seu período, em fim de setembro. A atitude norte-americana no Líbano, paralelamente à sabotagem à reunião dos Chefes de Estado, como sugeriu Kruschiov, revela que, apesar do profundo e crescente isolamento dos imperialistas e de seus agentes, os perigos ainda não cessaram, e continuam a exigir das forças da paz a maior firmeza, unidade e energia.

Teve assim importância extraordinária o encontro em Pequim de Kruschiov e Mao Tse Tung, após o qual os chefes das duas maiores nações socialistas dirigiram energica advertência aos Estados Unidos e à Inglaterra, no sentido de que estes países cessem imediatamente sua intervenção armada no Líbano e na Jordânia.

É esse o quadro geral da situação internacional, dentro do qual vai reunir-se a Assembléia de emergência da ONU. Cabe às forças da paz, em todo o mundo, a tarefa honrosa de contribuir, com seus esforços, para que os acontecimentos dos próximos dias representem um passo importante para o fim da guerra fria e a consolidação da paz.

SEPULTADA POR FOSTER DULLES A «OPERAÇÃO PAN-AMERICANA»

O sr. Foster Dulles esteve durante dois dias no Brasil sob a guarda de centenas de policiais norte-americanos e brasileiros. Transitou algumas vezes pelas ruas de Rio a alta velocidade, em cortejos super-guardados e com as sirenes apitando. Circulando somente nos mais restritos meios oficiais, viu-se cercado por um sentimento de pânico a qualquer contacto com o povo. Os sentimentos deste foram, no entanto, bem expressos pela grande faixa de luto que a União Nacional dos Estudantes estendeu sobre a fachada de sua sede, cenário de tantas manifestações democráticas.

OS resultados da visita do sr. Foster Dulles foram decididamente decepcionantes para o sr. Juscelino Kubitschek e para os conciliadores e entreguistas, aos quais vem se mostrando tão inclinado a seguir. De um lado, apareceram os altos responsáveis do governo brasileiro a peduchar dólares para a Petrobrás, garantias para o café e outras munificências dos magnatas norte-americanos, oferecendo em troca a submissão e a fidelidade à tão decantada «civilização ocidental». Do outro lado, o sr. Foster Dulles recomendou que os pedidos de dólares para a exploração de petróleo fossem dirigidos ao capital privado (isto é, aos trustes), fez algumas considerações gerais sobre o problema do café, sem nada resolver, e se estendeu em longas arengas anticomunistas, impregnadas do ódio furioso, que é a nota mais característica do secretário de Estado norte-americano.

TUDO indica, pois, que não houve prioritariamente um diálogo ou que houve um diálogo frustrado entre os srs. Juscelino Kubitschek e Foster Dulles. Enquanto o primeiro desfilava lamúrias sobre o subdesenvolvimento, o segundo se fingia de desentendido, fazendo louvores à iniciativa privada (isto é, a iniciativa dos trustes) e insistindo nas variações em torno do seu tema predileto: o anticomunismo.

DESSE diálogo frustrado nasceu um dos mais pífios documentos de política internacional: a declaração subscrita em Brasília. Amontoam-se ali as costumeiras frases vazias sobre unidade continental, responsabilidades comuns, luta por maior desenvolvimento, etc. Apenas um item é concreto: aquele que anuncia providências urgentes contra o comunismo.

O sentido dessas providências se esclarece diante da repetição do conceito da «agressão indireta» pelo sr. Foster Dulles e da sua referência elogiosa à célebre declaração da conferência de Caracas: «Comunismo e agressão indireta». No entender do pontífice da política exterior norte-americana, são sinônimos de movimentos nacionalistas, de lutas contra o imperialismo.

Os dirigentes dos círculos de Washington se julgam, por isto, com o direito de intervir em qualquer país onde obtenha êxito a luta contra a opressão colonialista. O direito dos povos de decidirem livremente sobre os seus destinos e as suas instituições nacionais se torna assim uma frase hipocrita no mundo ocidental chamado «livre». Disso já tivemos o exemplo da intervenção contra o governo de Arbenz, na Guatemala, intervenção financiada pela «United Fruits» e estimulada pelo sr. Foster Dulles. Disso temos o mais recente exemplo no desembarque dos fuzileiros norte-americanos em Beirute.

O sr. Juscelino Kubitschek não encontrará apoio na opinião pública brasileira para uma política de «guerra fria» e intervenções militares. Tampouco poderá ser tolerado qualquer retrocesso antidemocrático na vida política nacional, inspirado nas recomendações do secretário de Estado norte-americano.

NEM mesmo o alarde em torno da «Operação Pan-Americana» — obra-prima dos atuais orientadores da política do Caléte — logrou iludir o movimento nacionalista. Embora alguns setores deste movimento hajam depositado certas esperanças no êxito da «Operação», contando que os dirigentes norte-americanos estivessem assustados com as manifestações contra Nixon na América Latina, hoje é fácil concluir que essas esperanças não se justificam. Dulles é um reacionário da espécie dos Bourbon, que, voltando ao trono da França, «nada haviam esquecido nem aprendido». Pronunciando embora algumas frases de louvor protocolar à Operação Pan-Americana, Dulles não pretende fazer sequer a mais insignificante revisão na política do Departamento de Estado. Atrás da falsa cortesia exterior, que não passa de terna aparência, o objetivo de Dulles e de sua comitiva de diplomatas e agentes do FBI continuou na linha tradicional de impor ao governo brasileiro a posição de passivo candidato de Washington, exigindo agora o apoio às aventuras belicistas no Oriente Próximo e Médio.

BEM tristes são, portanto, os resultados da visita do sr. Foster Dulles para a malograda «Operação Pan-Americana» do presidente da República. A luta contra o subdesenvolvimento não pode ser efetivada através de concessões aos monopólios ianques. A Petrobrás não deve esperar dólares do governo norte-americano e menos ainda seguir a política dos acordos com os trustes. Os caminhos do desenvolvimento que convêm ao povo brasileiro são também necessariamente os caminhos da independência nacional. É esta convicção que se fortalece, depois que o próprio sr. Foster Dulles se encarregou de levar a «Operação Pan-Americana» à sepultura.

Comentário Político

PRONUNCIAMENTO INDIGNO E INFIEL

O MANIFESTO DAS CONFEDERAÇÕES SAUDANDO FOSTER DULLES NÃO REPRESENTA OS SENTIMENTOS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS.

Os jornais da capital Federal divulgaram um manifesto das Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Indústria, no Comércio e nos Transportes, dando boas vindas ao secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, sr. Foster Dulles. É simplesmente incrível que precisamente entre dirigentes de entidades de trabalhadores, e se representante dos trustes norte-americanos, mundialmente odiado pela sua política de guerra e de opressão dos povos subdesenvolvidos, tenha encontrado entusiastas da sua visita ao nosso país que o saudassem publicamente.

Foster Dulles não é um representante do povo norte-americano, e muito menos dos trabalhadores norte-americanos. É o representante dos trustes internacionais sediados nos Estados Unidos — em particular da Standard Oil — que fizeram a guerra da Coreia, depuseram o governo de Arbenz na Guatemala, responsáveis pela ordem que o povo venezuelano, em seu país, derramou o seu sangue nas ruas para derrubar; é em defesa dos interesses desses trustes que hoje os fuzileiros ianques ocupam o Líbano e desembarcam na ilha de Cuba. Dulles é o dirigente máximo de uma política que, segundo suas próprias palavras, não tem por finalidade fazer amigos,

mas sim defender os interesses dos Estados Unidos. Qual é essa política com relação ao nosso país, o falecido presidente Vargas denunciou na sua «Carta Testamento», momentos antes do suicídio a que foi levado precisamente por aquela política. O povo e os trabalhadores brasileiros, pelas suas camadas mais esclarecidas, tem consciência de tudo isto. São conhecidos de todos os pronunciamentos da nossa valorosa mocidade estudantil, que reagiu diante da chegada de Dulles, cobrindo de luto a sede da sua entidade máxima. Através de manifestações da opinião de líderes sindicais e de elementos da burguesia brasileira, pelas páginas de vários jornais,

também ficou claro que a visita não era bem vinda. Ademais, os preparativos que a precederam e o aparato policial, que cercou o visitante durante a sua permanência aqui, indicam quais os verdadeiros sentimentos do nosso povo.

A manifestação das Confederações não representa o pensar dos trabalhadores brasileiros. Muito menos a da Confederação dos Trabalhadores na Indústria cuja direção executiva reteve a fim de que não fosse publicado, um documento do seu Conselho Consultivo e de outros dirigentes sindicais, no qual davam sua opinião contrária à visita do secretário do Departamento de Estado norte-americano. Essa atitude já despertou protestos dos conselheiros, os quais certamente não darão a questão por encerrada sem que haja medidas de desagravo. Agindo assim, de forma antidemocrática, os dirigentes daquela Confederação cercearam a manifestação do pensamento de elementos que com muito mais propriedade do que eles representam os trabalhadores, pois são eleitos pelas entidades de base e não estão há longos anos enquistados nos postos de cúpula, isolados dos trabalhadores, alheios aos seus interesses, como acontece com os líderes que dirigem as Confederações.

Enquanto não demonstram presteza em saudar, com humilhante reverência, um agente imperialista como Foster Dulles, os altos dirigentes das confederações pouco preocupação têm demonstrado com relação às mais recentes reivindicações dos trabalhadores. O episódio deve ao menos para alertar a estes últimos quanto à necessidade de dedicar mais atenção às entidades sindicais de grau superior a fim de torná-las representantes fiéis dos seus interesses e aspirações.



VIDA ECONÔMICA

QUE FAZ O BRASIL NO GATT?

A pergunta se justifica, provocando natural estranheza o fato de que o nosso país está representado no GATT, quando deste organismo internacional estão ausentes doze das vinte nações latino-americanas. Entre as nações que não aderiram ao GATT figuram, por exemplo, a Argentina, o México e a Colômbia. Porque aderiu o Brasil e que proveitos tira de tal ato?

GATT é uma sigla de «General Agreement on Tariffs and Trade», ou seja, «Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio». Tem a participação de 34 países, figurando o Brasil entre os seus fundadores.

O GATT surgiu, em 1948, de inspiração nitidamente norte-americana, visando aplicar a política que os Estados Unidos se esforçam para imprimir ao comércio internacional no mundo capitalista. Esta política pretende reverter os princípios do «livre-cambismo», batendo-se pela redução das tarifas aduaneiras e pela eliminação de quaisquer outras medidas (contingenciamentos, artifícios cambiais, subsídios à exportação, etc.) que possam dificultar a circulação «normal» das mercadorias entre as nações.

Tendo aplicado rigoroso protecionismo alfandegário, quando precisavam desenvolver o capitalismo dentro de suas fronteiras, compreende-se o atual ardor livre-cambista dos Estados Unidos, agora que a sua economia dispõe dos mais elevados índices de produtividade e tem assegurado o seu vasto mercado interno. A pregação da «liberdade» do comércio internacional corresponde aos interesses de países altamente industrializados, como os Estados Unidos, cujos gigantes monopólios têm um natural interesse em quebrar os obstáculos aduaneiros dos países menos desenvolvidos para dominar os seus respectivos mercados internos e frear o seu desenvolvimento industrial autônomo.

Por outro lado, o «livre cambismo» norte-americano é muito para uso externo, pois nos Estados Unidos continuam a ser aplicadas e revigoradas numerosas tarifas protecionistas, quando se trata de impedir a concorrência de certos artigos estrangeiros mais baratos. Sem falar na larga prática dos subsídios à exportação, permitindo, por exemplo, o «dumping» do algodão norte-americano, que já expulsou quase o nosso algodão do mercado internacional.

Quanto à Inglaterra e à França, aderentes embora do GATT, contrariam a sua «filosofia» econômica, uma vez que não abrem mão de um ápice sequer das chamadas «tarifas preferenciais», que criam entre as metrópoles e as suas colônias ou domínios um verdadeiro sistema protecionista.

A participação do Brasil no GATT ofereceu, inicialmente, um aspecto bastante curioso. É que as nossas tarifas já eram tão baixas — equivaliam a uma média de 6 por cento «ad valorem» —, que não houve outro jeito senão consentirem os outros países na sua elevação em 40 por cento para, nesta base, negociar algumas reduções específicas.

O problema tarifário brasileiro permaneceu, até o ano passado, na mesma situação. Não puderam ir adiante algumas tentativas de reforma do sistema de tarifas passando-o do critério da taxa específica — antiquado e cada vez mais inútil diante da inflação — para o critério da taxa «ad valorem», em nível protecionista. Está claro que havia forças, inimigas da indústria nacional, interessadas em impedir essa reforma. A compensação foi encontrada no controle cambial, que desempenhou a função protecionista ausente das tarifas.

No ano passado, entretanto, foi finalmente aprovada uma nova lei de tarifas, que, longe de ser ideal, constitui, porém, um mérito da gestão do ex-ministro José Maria Alkmin. A nova lei estabeleceu a taxa «ad valorem» numa incidência média de mais de 20 por cento. Não resta dúvida que esta lei veio corresponder, no essencial, aos interesses do desenvolvimento da economia nacional.

Acontece, porém, que isto não podia agradar aos mentores do GATT, os quais, embora sem aplicação dentro de suas fronteiras vivem pregando o «livre-cambismo» para os outros. Compreende-se, então, as dificuldades enfrentadas pela delegação brasileira na reunião dos participantes do GATT, este ano, em Genebra. As maiores dificuldades se verificaram, naturalmente, com os Estados Unidos. A questão foi, da seguinte maneira, resumida pelo sr. Gerson Augusto da Silva, presidente do Conselho de Política Aduaneira: «O que nos oferecem os norte-americanos em troca das pesadas reduções nos mais importantes itens de nossa tarifa? Apenas dar ao café brasileiro o mesmo tratamento que, sem qualquer compensação de natureza tarifária, sempre devam e continuam a dar aos cafés de todas as demais naturezas».

Os norte-americanos, portanto, exigiram muito para nada nos dar em troca, uma vez que, o café de todas as procedências é isento de tributação nas alfândegas dos Estados Unidos, que não produzem a rubiada e a canoa nem em larga escala, não podendo prescindir do café brasileiro.

A atuação de representantes da indústria brasileira impediu maiores concessões, sem evitar, porém, uma série de reduções tarifárias impostas pelos Estados Unidos. A tal ponto que o sr. Gerson Augusto da Silva declarou que teria sido melhor se aquele país não tivesse realizado negociações com o Brasil.

O episódio serve para mostrar o contra-senso da nossa permanência no GATT. Ali, continuará o nosso país a ser presa dos tubarões imperialistas. Melhor defenderemos os nossos interesses com acordos bilaterais, como vêm fazendo outros países latino-americanos.

CONTRA A DITADURA PESSOAL E MILITAR DE DE GAULLE

Na recente Conferência Nacional do Partido Comunista Francês, o Secretário geral do Partido, Maurice Thorez, apresentou um informe (a 17 de julho). Damos a seguir alguns trechos principais do referido documento, reproduzido do jornal «L'Humanité».

CAMARADAS.

Desde primeiro de junho a França conhece um regime de ditadura pessoal e militar que lhe foi imposto pela força e a ameaça. Este regime se apoia sobre elementos os mais reacionários, os mais chovinistas e os mais colonialistas da grande burguesia, e tende a abrir caminho ao fascismo. O estabelecimento de semelhante governo representa na vida política do país um fato extremamente grave, uma ruptura com a legalidade, com as próprias bases da República.

A 5 de outubro próximo, um referendun-plebiscito será organizado com a intenção de perpetuar a ditadura, de poder dar-lhe uma base constitucional. O povo da França, que se prepara para responder não ao referendun, se propõe questões que o preocupam de um futuro próximo.

Para responder a estas questões, para esclarecer os acontecimentos atuais e suas causas, não será mal lançar um olhar sobre o passado. Eis por que tentaremos, na primeira parte deste informe, tirar alguns ensinamentos do desenvolvimento político da França depois da libertação, ver qual foi, em linhas gerais, o encadeamento dos acontecimentos, quais as tendências e o comportamento das diferentes classes sociais e seus partidos.

Examinaremos a seguir as tarefas que correspondem aos trabalhadores e a todos os democratas em relação com a preparação do não ao referendun, objetivo decisivo do período atual.

I. — ALGUNS ENSINAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO NA FRANÇA DEPOIS DA LIBERTAÇÃO.

A classe operária e seu Partido Comunista desempenhou um papel fundamental na Resistência e nas lutas da Libertação.

Nestas condições, compreende-se que, depois da guerra, conscientes das grandes responsabilidades que lhes cabem na vida do país, se tenham esforçado para promover o renascimento da República, a renovação e a ampliação da democracia. No informe apresentado ao X Congresso nacional, há treze anos, referi-me às idéias de Condorcet sobre a democracia concebida como um regime «onde todas as instituições sociais devem ter por fim a melhoria social, moral, intelectual e física da classe mais numerosa e a mais pobre».

A democracia, dizíamos nesse informe, é uma criação contínua. Recordava-se que a Frente Popular de 1936-37, trazendo às massas satisfações de ordem econômica, política e cultural, tinha constituído um novo progresso para a República. No dia seguinte a uma guerra em que as elites tinham mergulhado na falência e na traição, enquanto que as forças de salvação tinham surgido do povo, a renovação e a grandeza do país deveria vir, antes de tudo, da massa obscura e anônima dos operários, dos camponeses e dos intelectuais da França.

Acrescentamos que a unidade da nação era a condição de seu renascimento. Proclamávamos que o ressurgimento da França não podia ser tarefa de um único homem ou de um só partido, mas dever de milhões de franceses e de francesas, dever de todo o povo.

Neste espírito, nosso partido aceitou participar de um governo presidido pelo general de Gaulle e que nós concebíamos como um governo de ampla unidade nacional e democrática. Da participação na gestão dos assuntos não deviam ser excluídos senão os elementos vichystas e os colaboradores, o que significava, do ponto de vista social, afastar a maior parte da burguesia dirigente e seus quadros, inclusive aqueles quadros militares, generais e oficiais superiores, que tinham sido zelosos adeptos de Petain.

Foi neste terreno que começou a batalha. Antes mesmo da Libertação e do fim da guerra, tornara-se evidente que o esforço do povo por assegurar um desenvolvimento progressista e democrático da política francesa se chocava com a oposição dos homens da grande burguesia, responsáveis pelo desastre e pela desgraça da França. As ações de sabotagem dos privilegiados marchavam paralelamente aos esforços do povo para restaurar a produção, reorganizar o exército, renovar a República.

O primeiro acontecimento marcante da vida política no pós-guerra foi o abandono do governo por de Gaulle em janeiro de 1946. Ele não queria conformar-se a governar com uma Assembléia constituinte soberana, nem a colaborar com Ministros que não fossem simples prepostos. Ele já começava a ser o porta-voz dos antigos vichystas, daqueles que cedo se agrupariam no R. P. F. (Ressemblent du Peuple Français — então partido reacionário de De Gaulle. — Nota da Redação).

Abandonando a direção dos assuntos, esperava que as próximas dificuldades levariam o povo a apelar uma vez mais a sua pessoa para salvá-lo, como homem providencial. Desde essa época, ele tinha em conta não o desenvolvimento normal e favorável do país, mas as desgraças públicas, que fariam renascer a «divina surpresa», a ocasião do poder pessoal.

Para frustrar este cálculo, para assegurar ao país a estabilidade e uma evolução positiva, nosso Partido, traduzindo os interesses e as opiniões da classe operária, propôs então ao partido socialista, com o qual possuíamos a maioria na Assembléia constituinte, formar um governo em comum, o que, naturalmente, não significava a exclusão de outros republicanos.

O partido socialista preferiu levar à direção dos assuntos o M. R. P., que já então se apresentava como um partido de elementos reacionários, um partido onde encontravam asilo muitos remanescentes do vichysmo. E foi essa fração, cada vez mais influente no MRP, esta fração que correspondia às exigências de classe da grande burguesia, que também se esforçou por afastar os comunistas do governo. Ninguém esqueceu sua palavra de ordem nas eleições legislativas de novembro de 1946: «Bidaul sem Thorez!»

A despeito de todas estas manobras, o sufrágio universal confirma a posição de nosso Partido como primeiro partido do país.

MAURICE THOREZ



No plano exterior, a pressão americana se tomava cada vez mais forte. Combinava-se com a campanha anticomunista inspirada por de Gaulle. Em fins de 1946 vem o primeiro governo de após guerra em que os comunistas não participavam: o governo de Léon Blum.

A força da classe operária obrigou no entanto a suspender a exclusão. Os comunistas participaram novamente do gabinete Ramadier. Não ficaram muito tempo.

Dócil às exigências dos capitalistas americanos, o presidente do Conselho, depois de ter renunciado com De Gaulle em Colombey, não tardou em afastar os ministros comunistas. No país se aguçava dia a dia a luta de classes.

Realmente, a participação da França no Pacto agressivo do Atlântico, dirigido contra a União Soviética e os demais países do campo socialista, acarretava as piores consequências para a classe operária e para o conjunto dos trabalhadores. No interior, era a super-exploração das massas laboriosas, em particular para fornecer recursos destinados a um enorme orçamento de guerra; era a sua pauperização. No exterior, as aventuras coloniais sucediam-se: primeiro, a longa guerra no Viet Nam e, em seguida, na Argélia.

As classes dirigentes se mostravam absolutamente incapazes de resolver os problemas colocados diante da França pela crise geral do colonialismo. Elas não souberam estabelecer com nenhum dos povos ciosos de independência as novas relações que o nosso Partido tinha preconizado desde o fim da segunda guerra mundial.

Toda a história de sua ação depois de 1945 é a história da falência, onde esboçaram suas tentativas de manter entre a França e os países coloniais relações de força, incompatíveis com o espírito de nosso tempo. Estas tentativas obstinadas isolaram e desconsideraram a França.

Deve-se creditar a esta política a nefasta aventura de Suez, que acabou por desacreditar nosso país aos olhos do mundo inteiro. E, agora, a ingerência aberta no Líbano e no Iraque, o apoio à intervenção militar anglo-americana contra povos que querem viver livres e independentes.

Os governantes tendiam cada vez mais para a direita, multiplicando os ataques contra a democracia, os atentados às liberdades, sobretudo à liberdade de imprensa, e erigindo o anticomunismo em princípio reitor da política oficial. O fundamento das instituições republicanas foi falsificado pelo ostracismo a que foram lançados os eleitos comunistas, representantes de seis milhões de eleitores franceses e francesas.

Em toda esta política, o Partido socialista desempenha um papel essencial, dividindo o mundo do trabalho, desorientando uma parte da classe operária e das forças democráticas.

Uma vez mais, o interesse nacional foi sacrificado pelos privilegiados a seus mais egoístas interesses. Em troca do apoio dado pelo capitalismo americano a seu domínio de classe, colocaram à França em posição econômica e política subordinada à América.

Nesta primeira parte de seu informe, Thorez mostra a grave responsabilidade dos socialistas franceses nos atentados às liberdades democráticas e nas ameaças à República, e conclui: «Depois de doze anos, a democracia declinou na França por culpa do anticomunismo. Para salvá-la, para restaurá-la, é necessário vencer esta divisão das esquerdas, que foi a melhor arma do degaulismo.»

II. — CONTRA A DITADURA PESSOAL E MILITAR.

«O Comitê Central de nosso partido — continuou o camarada Thorez — definiu a forma atual do poder como uma ditadura pessoal e militar.»

Ditadura pessoal, em primeiro lugar. Realmente, todo controle sobre o chefe do governo desapareceu, não somente da parte dos eleitos do povo, mas da parte dos ministros. Ao lado dos representantes do antigo «sistema», ao lado dos principais responsáveis pela velha política de guerra, a miséria e a reação, o governo não vê senão funcionários, senão prepostos. Somente De Gaulle decide, mesmo em questões as mais graves, como a intervenção militar no Líbano e a guerra (...).

Como constatava recentemente o próprio sr. René Frenay, desde que o governo não contém mais eleitos pelo sufrágio universal, os ministros não são mais escolhidos no seio do Parlamento, não há mais contacto entre o poder executivo e esta opinião, cujos movimentos determina, em última análise, a marcha da democracia. Não há mais democracia.

Ditadura militar — acrescentamos nós. Na Argélia, os generais ocupam o lugar dos prefeitos, e querem que isto seja feito amanhã na própria França. O exército é apresentado atualmente como o grupo dirigente da nação. Tudo lhe deve estar subordinado.

Sobre o papel deste exército, De Gaulle se expressou sem ambigüidade, desde 1934, em seu livro «O exército profissional» («L'Armée de métier»): «O corpo militar é a expressão mais completa da sociedade. Em seu duro trabalho de rejuvenecer a França, o exército novo servirá de refúgio e de fortaleza, porque a espada é o eixo do mundo e a grandeza é indivisível.»

Depois de outras citações de De Gaulle, Thorez acrescenta:

«Compreenda-se bem: o exército que De Gaulle exalta é o exército dos generais, um exército de casta, um exército profissional. Nada tem de comum com o exército recrutado entre o povo através do voluntariado e pela convocação, que a República de 1792-93 instituiu pela primeira vez, nem mesmo com o exército francês da IIIa República, o exército de 1914-18, ainda menos com o exército profundamente democrático, o exército novo reclamado por Jaurès.»

De Gaulle não quer ouvir falar senão de um exército separado do povo, colocado acima do povo, impondo a lei ao povo. Isto esclarece a famosa frase «Eu vos compreendi», dirigido aos oficiais rebeldes de Argel.

Depois de outras considerações, Thorez passa ao terceiro capítulo de seu informe.

III. — A LUTA DE MASSAS E A FRENTE ÚNICA.

Foi a divisão das esquerdas que permitiu a De Gaulle chegar ao poder. É sua união que permitirá afastar a grave ameaça de fascismo que pesa sobre nosso país.

Que todos os republicanos cerrem fileiras, e serão invencíveis.

Infelizmente, esta grande idéia ainda não se impôs a todos os espíritos.

Assistimos a uma tentativa de reunificar a «esquerda não comunista». Se se trata de um reagrupamento das forças sociais e políticas da pequena burguesia, até agora divididas entre formações e partidos numerosos; se pensam em lhe dar consistência, formular sua concepção e seu programa, lhe permitem ainda travar a batalha ao lado da classe operária, provida ela mesma de seu Partido Comunista e de outras organizações suas, nada temos a replicar a tal projeto. Bem ao contrário.

Nós, que estamos profundamente convictos da necessidade de uma aliança entre a classe operária e as classes médias para defender a República e fazê-la progredir, não podemos senão aplaudir uma emulação fecunda nos quadros desta aliança.

Na realidade, as demarques pelo reagrupamento da esquerda se caracterizam por bastante confusão.

Seus promotores se referiram a isto como sendo uma primeira etapa de sua ação, devendo a segunda ser a conclusão de um acordo com o Partido Comunista contra a ditadura, em defesa da liberdade. Numa declaração recente, não se trata mais que fixar as «relações com o Partido Comunista e as outras formações políticas». Poderíamos já lamentar que o conteúdo destas relações não indique mais a vontade de realizar a unidade através da ação comum. E, de qualquer forma, não se compreende que a eventualidade desta ação seja relegada a uma época indeterminada.

Portanto, existe perigo. Trata-se agora de organizar a réplica comum aos atentados contra a liberdade, contra os militantes e as organizações operárias e democráticas; e, antes de tudo, trata-se de proclamar não ao referendun-plebiscito.»

Concluindo este capítulo de seu informe, Thorez afirmou: Frente única é ação. É antes de tudo organização do poderoso movimento das massas, de todo o povo, pelo NÃO por ocasião do referendun, NÃO à ditadura, NÃO à aventura, NÃO à guerra.

Mais do que nunca, hoje, temos como regra de conduta o preceito que o grande antifascista Dimitroff proclamou a 16 de dezembro de 1933, durante o processo que lhe moviam os hitleristas: «O trabalho entre as massas, a luta de massas, a resistência das massas, a frente única, nada de aventuras! Este é o ABC da fática comunista.»

No capítulo final de seu informe, dedicado às tarefas específicas dos comunistas franceses, Thorez conclama uma vez mais à unidade de ação entre comunistas e socialistas, à unidade de todas as forças democráticas, prenúncio certo da derrota dos facciosos.

ENERGIA ATÔMICA
Um Inquérito Que Abalou o Brasil

DAGOBERTO SALLES

CR\$ 50,00

A venda na Livraria Independência
Rua do Carmo, 38 — sobreloja

O PRIMEIRO PASSO PARA UM DIÁRIO DE MASSAS

MARIO ALVES

A «Imprensa Popular», que interrompeu domi- sua publicação, tem seu nome ligado a todas as lutas do povo brasileiro nos últimos dez anos. Jornal de combate a serviço das causas populares, foi o portavoiz das forças de vanguarda de nosso país nos duros anos do governo reacionário de Dutra, na memorável campanha em defesa do petróleo, na resistência ao envio de tropas brasileiras à Coreia e em tantas outras jornadas. Atacada pelas forças repressivas a mando da reação, defendida pelos trabalhadores e pelo povo, a «Imprensa Popular» representou sempre uma trincheira invicta da liberdade, um exemplo de jornalismo político combativo na melhor tradição da imprensa democrática brasileira. Nem os assaltos policiais, nem as vicissitudes financeiras obrigaram-na a calar. A custa de inenunciáveis sacrifícios, realizou o milagre de manter uma opinião sempre independente no meio do mar de venalidade da grande imprensa. A simples sobrevivência de um jornal como este, durante tantos anos, significa um êxito considerável do qual se devem orgulhar as forças populares brasileiras.

Entretanto, a «Imprensa Popular» não conseguiu se tornar o instrumento que se faz necessário para o esclarecimento e a mobilização de amplas camadas da população, para a coordenação e o fortalecimento da frente única das forças nacionalistas e democráticas. Tanto pelo seu conteúdo político como por sua feição jornalística, viu-se reduzida a um jornal de pequena difusão, cujo círculo de leitores abrangia tão somente os elementos de vanguarda. Um jornal diário, que se destina ao grande público, não pode ser apenas um boletim de propaganda política. Necessita dedicar espaço aos assuntos e às notícias mais diversas, para atender aos interesses variados da massa de leitores. Excessivamente doutrinária e pouco noticiosa, a «Imprensa Popular» não podia estender sua circulação a amplas camadas do público. Precisamente porque se dirigem à grande massa, os jornais diários utilizam uma linguagem simples, viva e direta, acessível ao leitor comum, enquanto a «Imprensa Popular», durante muito tempo, foi redigida numa linguagem monótona e hermética, de formulações padronizadas e, por vezes, incompreensíveis para o homem da rua. Acresce que, num país onde a imprensa apresenta elevado padrão técnico, a «Imprensa Popular» era dotada de equipamento deficiente e antiquado, dificultando sua má apresentação gráfica a penetração em um público mais amplo.

Seria uma grave injustiça pensar que a culpa por estes defeitos recaia sobre os jornalistas e gráficos que faziam o jornal, quasi todos combatentes abnegados que arrostaram por longos anos os mais ingentes sacrifícios e empenharam os melhores esforços no cumprimento de suas tarefas. A raiz dos erros deve ser buscada nas concepções políticas falsas, de natureza sectária, que se refletiram durante muito tempo no conteúdo e na organização da «Imprensa Popular». Estas concepções podem ser sintetizadas na teoria aventureira da revolução a curto prazo. Considerando sempre maduras as condições para as ações decisivas, caímos no empenho de uma fraseologia «esquerdista» sem apoio na realidade concreta e relegamos o trabalho demorado e paciente de acumulação de forças. Ao diário se atribuiu simplesmente a missão de agitar palavras-de-ordem ultrarrevolucionárias. Não havia a preocupação de construir um jornal que, apoiado em sólida base material, pudesse atingir ampla circulação e exercer influência entre camadas

extensas das massas. A concepção sectária, que levava a substituir a ação das massas pela ação da vanguarda mais consciente, deformou profundamente o caráter de nossa imprensa. O trabalho de propaganda não era voltado para as grandes massas ainda alheias à nossa influência, mas apenas para os elementos de vanguarda, e esta concepção se refletia no caráter estreito da «Imprensa Popular».

Só foi possível empreender a correção destes erros quando, paralelamente, se iniciou a crítica e a retificação das concepções políticas que lhes deram origem. Tornou-se claro, então, que a «Imprensa Popular» não era um jornal à altura das novas tarefas, capaz de levar a orientação de vanguarda às grandes massas, às amplas forças que participam da frente única antiimperialista e democrática. Era preciso ter coragem para romper com a resistência oposta pela rotina e pelo conservadorismo. A nova orientação política impunha a necessidade de instrumentos adequados para a sua difusão.

Colocou-se assim na ordem-dodia, como tarefa primordial e inadiável, a construção de um diário capaz de difundir amplamente as idéias nacionalistas e democráticas, de impulsionar o movimento operário e ajudar a consolidação da unidade de todas as forças patrióticas e progressistas. Um jornal capaz de desempenhar este papel não é, porém, um empreendimento que possa ser improvisado. O diário de grande circulação constitui, na imprensa moderna, uma grande empresa industrial e comercial, que requer poderosa base técnica, vultosos recursos financeiros e numerosos profissionais de alta qualificação tanto no setor gráfico como no jornalístico. Por mais que se houvesse tentado, não foi possível dar os passos necessários para a constituição desse novo jornal, montar sua base técnica que exige grandes inversões e, ao mesmo tempo, continuar mantendo um jornal como a «Imprensa Popular», onerado com um pesado déficit.

A suspensão da «Imprensa Popular» deve ser considerada, deste modo, não como o fim de um jornal consagrado à causa popular, mas como o primeiro passo para o surgimento de um novo diário a serviço do movimento pela emancipação nacional e pela democracia. Haverá, talvez, quem tente interpretar o fato como um recuo das forças de vanguarda e, até mesmo, como um sinal de fraqueza. Se aqui há um recuo, no entanto, será desses recuos temporários que ocorrem normalmente em qualquer processo de desenvolvimento, e que conduzem, por fim, a novos e maiores avanços. Um passo atrás não significa, nesse caso, sino a tomada de impulso necessária para dois passos adiante.

Os inimigos do povo não terão muito tempo para ficar alegres. A certeza de que as forças populares serão capazes de construir um jornal melhor não se apóia apenas em razões subjetivas, mas em claros fundamentos objetivos. No mundo em que vivemos triunfam, por toda parte, as idéias da liberdade, da paz e do socialismo. Nosso país assiste ao florescimento das forças nacionalistas e democráticas, ao avanço vigoroso do movimento operário, ao conflito cada vez mais agudo entre estas forças e as correntes que representam o atraso, a opressão e o obscurantismo.

Em tais condições, é não somente possível, mas imprescindível a existência de um diário de grande circulação que se faça intérprete dos anseios de libertação, democracia e progresso de nosso povo.

PORQUE NÃO ANDAM OS TRABALHOS DE REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO?

INADMISSÍVEL O EMPERRAMENTO QUE PREVALECE NO DISTRITO FEDERAL

O problema do salário mínimo está sendo objeto de matéria para os jornais, de pronunciamentos por parte das autoridades, homens da indústria e dirigentes sindicais, sem que no entanto sejam tomadas medidas eficazes para a sua revisão.

Em primeiro lugar apresenta-se a questão do reconhecimento da excepcionalidade para tornar possível a revisão antes do prazo normal. A revisão em caráter excepcional já foi requerida por entidades sindicais de São Paulo e do Paraná e acerca de sua necessidade têm se manifestado elementos dos mais diversos setores. No entanto, o impasse permanece.

O novo ministro do Trabalho, falando à imprensa, encareceu a necessidade de novo salário mínimo, dizendo que, um novo nível do mesmo, estabelecido de acordo com as possibilidades reais do país, criaria um clima mais propício ao aumento da produtividade. Ressaltou no entanto que a fixação dos novos níveis decorre, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, de propostas das Comissões Regionais de Salário Mínimo, já tendo sido baixado o decreto para a sua reconstituição, cabendo-lhe apenas ativar a recomposição desses órgãos e aguardar o seu pronunciamento.

Em São Paulo, o sr. Antonio Devisate, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado, declarou que os órgãos de classe que representa nunca foram contrários à revisão, apenas acha que no processo da mesma devem ser corrigidas as desigualdades existentes entre as regiões em que as condições econômicas são semelhantes, etc.

É claro que diante da situação em que o custo de vida coloca os trabalhadores e suas famílias é difícil às autoridades e aos empregadores manifestarem-se contra a elevação do salário mínimo. Mas tais elementos não irão além das palavras e ficarão sem por em prática as medidas que lhes compete tomar se não houver nesse sentido pressão por parte dos mais interessados — aqueles que vivem do salário mínimo. Cabe fundamentalmente aos trabalhadores e às suas entidades agir no sentido de apressar a recomposição das Comissões onde isso ainda não foi feito, elegendo nos sindicatos os elementos entre os quais serão escolhidos os seus vogais.

Onde as Comissões já estão reconstituídas, é preciso exigir que se reúnam e efetuem os estudos necessários. Esses estudos devem visar a corrigir as injustiças dos salários desiguais em regiões onde o custo de vida é praticamente o mesmo — não só os empregadores estão nisso interessados, também o estão os empregados, embora em sentido diferente. O rezonamento, portanto, se impõe na questão do salário mínimo.

A fixação do «quantum» levando em conta não só o custo de vida atual, mas também o que será ele por ocasião da entrada em vigor dos novos níveis salariais é o ponto mais importante. Sim, a expe-

riência tem demonstrado que em muitos casos, por ocasião da entrada em vigor dos novos salários, os aumentos estabelecidos já estão anulados pela elevação dos preços. Ao mesmo tempo, para fazer frente às estatísticas irreais dos órgãos oficiais, as entidades sindicais precisam criar seus próprios órgãos de pesquisas do custo de vida, a fim de concorrer para que os novos níveis sejam estabelecidos em bases razoáveis.

Há necessidade de mais vigilância por parte das entidades sindicais e dos trabalhadores em geral a fim de que as suas reivindicações não continuem sendo proteladas, quando não transformadas em objeto de demagogia. É sabida a influência que exerce a luta no Distrito Federal sobre os acontecimentos nos Estados. O impulso do movimento da revisão do salário mínimo no Distrito Federal refletiria decisivamente no andamento da questão em todo o Brasil. Vejamos, porém, o que acontece. Não há no Rio o problema da recomposição da Comissão. Mas o presidente da mesma está demissionário e o seu substituto não é designado. Enquanto se espera interminavelmente por essa designação, vem o presidente demissionário e declara pela imprensa: «A Comissão do Salário Mínimo do Distrito Federal poderá ser convocada para tratar da revisão da tabela atual se alguma entidade sindical, em ofício, provocar o assunto». «Caso algum sindicato, federação ou confederação use esse expediente terei que ir ao Ministério do Trabalho a fim de lhe comunicar a minha situação, que é a de demissionário. E se continuar no cargo farei a convocação dos vogais dos empregados e dos empregadores».

Em outras palavras isso significa que o próprio Ministério do Trabalho, que deve nomear o novo presidente, pelo menos oficialmente ignora a situação de demissionário do atual. Enquanto isso espera-se pela sua substituição! E a revisão nem sequer foi requerida! Isso acontece precisamente no Rio, sede de confederações e de muitas federações, sem falar dos sindicatos.

Têm a palavra, portanto, as entidades sindicais cariocas. Há necessidade de mais combatividade e de mais vigilância para não permitir que não se repita o que sucedeu com relação à Lei de Aposentadoria. Ninguém percebeu — ou se percebeu não denunciou — que o Presidente da República não estava cumprindo inteiramente a sua palavra ao estender a todos os trabalhadores apenas o art. 3º da Lei dos Bancários, deixando de lado o art. 11 da mesma Lei, que prevê o reajustamento dos proventos dos aposentados e pensionistas de conformidade com a variação do salário dos trabalhadores ativos.

Ou os dirigentes sindicais tomam em suas mãos a questão do salário mínimo e a levam para o debate nos sindicatos e entre as massas trabalhadoras, ou ela se transformará em simples motivo para demagogia de véspera de eleições e especulação para novas altas de preços.

NOTAS SOBRE LIVROS

ASTROJILDO PEREIRA

damental do idioma. Citando João Ribeiro, reconhece que o português do Brasil e o de Portugal se diferenciam apenas, muito naturalmente, por certa maneira íntima da expressão. Mas também isto não atinge a sua estrutura.

As teses principais sustentadas neste livro me parecem justas, e estão corretamente formuladas. O que não quer dizer que perijuramos indistintamente todos e cada um dos argumentos do autor. O espaço de que disponho aqui não me permite abordar aqueles pontos, aliás secundários ou de detalhe, que suscitam dúvidas e divergências. Há entretanto um ponto que exige comentário especial. Refiro-me ao modo como Barbosa Lima Sobrinho coloca o problema da multiplicidade de línguas na União Soviética. Creio que o escritor brasileiro não possui informações suficientes e idôneas sobre a matéria.

Vejamos, página 26: «Na Rússia, contam-se diversas línguas perfeitamente definidas, coexistindo sob a proteção de garantias eficazes para maior facilidade da anexação de regiões, que continuam a falar idioma próprio».

Suponho que o autor, ao escrever a palavra «Rússia» se refere não apenas à Rússia propriamente dita, mas à União Soviética em seu conjunto, de que a República Federativa Russa faz parte em pé de igualdade com as demais Repúblicas Federadas Soviéticas, em número de 15. Mas o fato é que tanto a República Russa como a URSS congregam mais de uma centena de povos que falam idiomas diferentes. Todavia, não é exato afirmar-se que a política soviética de «proteção» às línguas não russas obedece ao propósito de facilitar a «anexação» das respectivas regiões ou nacionalidades. A verdade é que as nacionalidades e povos não russos, que fazem parte do anti-

go Império Tzarista, foram libertados pela Revolução de 17, e um dos sinais mais evidentes — e mais admiráveis — da libertação econômica e política é precisamente o da libertação absoluta dos respectivos idiomas nacionais. Ocorre mesmo que muitos desses idiomas nacionais não possuem expressão escrita, nem sequer alfabeto, como se dá com as tribos de índios brasileiros. Ora, a Revolução Socialista guiada justamente pelos princípios socialistas, convém frisar isso, e não por espúrios objetivos anexionistas — empenhou-se em proporcionar a esses povos todos os meios de libertação da cultura nacional, inclusive criando numerosos alfabetos novos, adequados a cada caso. E o resultado dessa política — sem exemplo em qualquer outra parte do mundo antes de 1917 — pode ser avaliado pelo extraordinário florescimento da cultura nacional dos povos soviéticos. Hoje ninguém mais duvida do grau de adiantamento a que atingiu o ensino na URSS; mas isto seria provavelmente impossível sem a preliminar libertação cultural daqueles povos.

Para terminar, citarei alguns dados concretos sobre o assunto.

Na Uzbequia, por exemplo, apenas 2 por cento da população sabiam ler e escrever, antes da Revolução. Hoje praticamente não existe mais analfabetos na República. Além dos estabelecimentos de ensino primário e secundário, existem ali 34 estabelecimentos de ensino superior, e na capital funcionam a Academia de Ciências da República e o Instituto Atômico da Ásia Central.

Os exemplos podiam ser multiplicados, se me sobrasse espaço, mas o que aí fica equivale a um índice do que é o florescimento cultural de povos anteriormente votados a uma situação de miséria, de opressão e de atraso.

Observemos, por fim, que o ensino, em toda a União Soviética, é dado na língua materna, sendo que nas escolas primárias não russas a aprendizagem do russo começa em geral a partir da segunda classe. E só na República Russa havia em 1955 cerca de 13.000 escolas não russas.

Barbosa Lima Sobrinho, A LINGUA PORTUGUESA E A UNIDADE DO BRASIL, Livraria José Olympio Editora, 1958.

Éis um bom livro, excelente mesmo em muitos dos seus conceitos e pontos de vista. O autor examina o problema da «língua brasileira» em seus múltiplos aspectos teóricos e práticos, submetendo a uma análise criteriosa as teses em controvérsia. Barbosa Lima Sobrinho estudou o assunto com inteligência e com abundante documentação, desenvolvendo os seus argumentos segundo um plano sistemático, em que passa em revista os prós e os contras de cada tese, sem nunca perder de vista a correlação existente entre os elementos históricos e culturais, cruidos e populares, que entram na formação e evolução dos idiomas.

Os partidários e defensores de uma «língua brasileira» diferenciada do português são aliás bem poucos; mas as opiniões se multiplicam e variam consideravelmente, tanto no Brasil quanto em Portugal, quando se trata das questões laterais, relativas aos dialetos, aos regionalismos, aos brasileirismos, etc. Barbosa Lima Sobrinho pertence à maioria dos que não admitem a existência de uma «língua brasileira», e sustenta a opinião de que são secundários os fatores de diferenciação entre o português do Brasil e o de Portugal. Vai mais longe, advogando a conveniência de uma posição ativa em favor da unidade de estrutura e de expressão literária da língua comum. E mostra que a unidade da língua — que é mais uma questão de estrutura do que de variedades locais, de expressão — cresce de importância como fator que é da unidade nacional, considerando esta de particular significação num país das condições do Brasil.

No que concerne especialmente às manifestações dialetais e regionalistas entre nós, Barbosa Lima Sobrinho compreende bem a sua influência no fenômeno da interação entre a língua falada e a língua literária. Esta se enriquece com os elementos úteis colhidos nos falares regionais e populares, sem que isto afete a unidade fun-

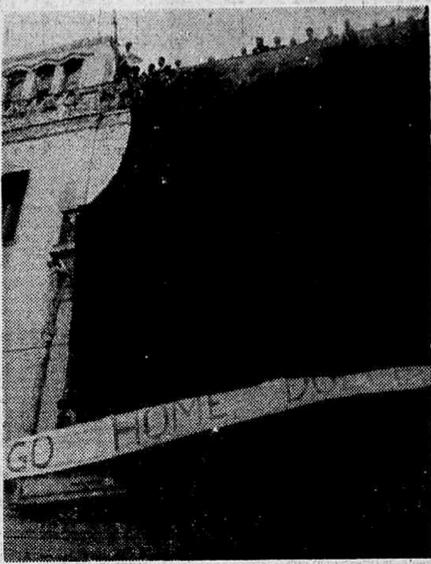
Dulles, JK e o Preço da Pele do Urso

Paulo MOTTA LIMA

NÃO há dúvida de que a Operação Dulles constitui de talhe tático da Operação Pan-Americana. E como pelo fato se conhece o gigante, parece, através da Operação Dulles, que a Operação Pan-Americana constitui realmente uma tentativa, não muito sutil, de torpedear o ato do nacionalismo.

Era de esperar, depois do que sucedeu no sr. Nixon em sua viagem pela América Latina, que algumas medidas de segurança fossem adotadas a fim de que o sr. Dulles não fosse vítima de desacatos muito contundentes, durante sua visita ao Brasil. A Operação Dulles, no entanto, superou as expectativas mais alarmistas. O "Correio da Manhã", jornal empenhado, como o sr. Dulles, na modificação de nossa política de petróleo, registrou que na chegada do secretário de Estado norte-americano ao policiamento do Galeão foi feito "inclusive por agentes do FBI, que se destacavam por suas gravatas borboleta e pelos olhos azuis", disposto "sobre localização de carros e tomando outras providências". Os jornalistas brasileiros, na mesma oportunidade, ficaram detidos num caramanchão, "ao qual eram levados e de onde guardas armados de metralhadoras não lhes permitiam descer". Havia ambulâncias do serviço de saúde, na previsão de um choque entre as forças que ali estavam, exibindo espantosa potência de fogo e forças militares imaginárias, que animam os pesadelos de estadistas de consciência americana. A nota mais pitoresca da Operação Dulles foi que o bravo coronel Danilo, da polícia política, acabou sendo barrado por seus colegas de gravata borboleta e olhos azuis. Uma barreira de tiros americanos garantia a fachada do sr. Dulles, enquanto os tiros brasileiros de várias graduações guardavam as costas dos vivos americanos.

Este era, em resumo, o dispositivo genial, que no entanto não contou que o sr. Dulles fosse apupado, quando de sua primeira passagem em frente à UNE, na Praia do Flamengo.



O luto cobriu a fachada da sede da UNE, expressando os sentimentos de milhões de brasileiros. Um dístico dizia: "GO HOME DULLES". Outro reproduzia a frase já célebre do secretário de Estado norte-americano: "Os Estados Unidos não têm amigos; só defendem os seus interesses".

conspirações entre os srs. Dulles e Kubitschek, opiniões de alguns proceres, através de conversas particulares, nos corredores da Câmara e do Senado. No Itamarati, o secretário de Estado falou aos jornalistas sobre "os benefícios colhidos pelos Estados Unidos no regime de livre iniciativa".

Alguns parlamentares consideram grave que o sr. Dulles tenha vindo ao Brasil imiscuir-se em assunto de nossa economia interna, forçando a rediscussão da política de petróleo, consubstanciada em lei, cuja aplicação, através da Petrobrás, vem dando os melhores resultados. Os melhores resultados para o Brasil e não para a Standard Oil.

O senador Domingos Veiasco é de opinião que os americanos juram tudo para torpedear, em benefício dos Trustes, nossa política de petróleo. Acha, porém, que não conseguirão o que desejam, em face das resistências que os nacionalistas oferecerão. O senador Lourival Fontes acredita que nos próximos dois anos os americanos abandonarão seus últimos cartuchos na luta contra a Petrobrás, fato porque, em face dos êxitos obtidos pela empresa estatal, em dois anos haverá modificações essenciais, que resolverão em definitivo o problema brasileiro de petróleo. O representante de Sergipe é de opinião que já demonstramos, na prática, ser a exploração do petróleo empreendimento autofinanciável. Assim, não estamos na dependência de certas "ajudas", que são perfeitamente dispensáveis e até desaconselháveis. Quanto à solidariedade do "mundo livre" no caso do Oriente Médio, solicitada pelo sr. Dulles, acha o sr. Lourival Fontes que as polências do tipo dos Estados Unidos, quando semeiam ventos no Oriente Médio, não nos consultam e por isso não devemos solidariedade nenhuma a essas potências colonialistas, na hora de colher tempestades. Também acha o sr. Lourival Fontes que a opinião pública brasileira, mobilizada em defesa do petróleo, evitará qualquer concessão onerosa.

O sr. Guilherme Machado, secretário geral da UDN, declarou-nos que seu partido é contrário a qualquer modificação na lei da Petrobrás.

Este é, de um modo geral, o ambiente nos círculos políticos, enquanto, nas conversas a portas fechadas, no Palácio das Laranjeiras ou no planalto goiano, o sr. Kubitschek terá possivelmente regateado o preço da pele de um urso que ainda não pegou.



Fardados ou à paisana, a UNE ficou cercada de policiais. Assim mesmo, Dulles passou por ela numa velocidade de 120 quilômetros. Não deixou de ser vaiado pelos estudantes, que, no dia seguinte, lavaram, com água e sabão, o trecho da Praia do Flamengo frente à UNE. Foi a "Operação Limpeza".

A Petrobrás não é uma experiência, mas uma vitória do monopólio estatal. Inverterá em Seis Anos Mais do Que o Bilhão de Dólares Dos Anunciados Contratos Dos Trustes Com o Governo Argentino

- A produção de óleo bruto já corresponde a 1,4% do consumo nacional
- De 1954 a 1957, as reservas recuperáveis se elevaram de 50 milhões de barris para 420 milhões
- Em 1961 não importaremos derivados de petróleo: refinaremos 200.000 barris por dia
- Mais de 135 milhões de dólares economizados só no ano passado.

Orla do BONFIM JUNIOR

Monteiro Lobato falava nos argumentos standardizados, postos em circulação, no correr dos tempos, pelos interessados em que o petróleo não jorrasse no Brasil. A fonte desses argumentos já se sabe qual era. E também qual é, pois continua a mesma, fundamentalmente com os mesmos objetivos. Os argumentos é que foram sendo substituídos à proporção que os fatos se encarregavam de reduzi-los à sua real expressão, que não passava de zero.

Seria interessante uma recapitulação da propaganda que, bem recomendada pela Standard Oil e tendo no Departamento de Estado norte-americano seu refúgio político, foi desenvolvida para impedir que viséssemos a tirar petróleo. Veríamos uma sucessão de palavras de ordem, de estogans, de teses com rotagem científica, de provas e de demônios, trações de toda ordem. É verdade que hoje já desmoralizadas. Possuíam, entretanto, um apreciável valor para que se possa ter, com a visão do conjunto, mais precisa consciência do que são capazes, na sua limitada ganância e desbragada falta de escrúpulo, os monopólios imperialistas. E essa consciência alefiada seria útil para manter sempre ativa a vigilância patriótica de nosso povo.

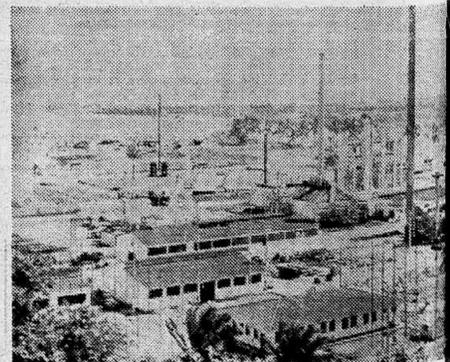
Queremos aqui recordar apenas uma das muitas campanhas de propaganda insubridas e alienantadas pelos trustes. Foi numa época em que já não mais era possível negar a existência do ouro negro em nosso subsolo. A tática do "stapa-ôlo" caducara. A certeza de que havia petróleo despertava a iniciativa de homens empreendedores que organizavam sociedades e se esforçavam em reunir capitais através da subscrição pública de ações. Pós-se então em funcionamento o reatado da propaganda para desmoralizar essas iniciativas, levá-las ao fracasso. Eram chamadas de "contos do petróleo". Vejamos um exemplo relatado, em artigo, por Monteiro Lobato:

"O Globo", do Rio, publicou uma reportagem sobre a excursão feita pelos acionistas da Cia. Petróleos do Brasil às margens do Araguaá, onde essa empresa está perfurando um poço de petróleo. Ao lado da notícia o vespertino carioca inseriu comentários, recordando a opinião sobre as nossas companhias de petróleo, dada áncula folla pela maior autoridade oficial do Brasil, o sr. Euzébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico Federal. "Conforme frizamos então, diz "O Globo", esse técnico não teve dúvidas em classificar as iniciativas desse gênero entre nós como idênticas aos célebres "contos do petróleo" muito comuns na América do Norte, onde se improvisam e se desfazem grandes companhias para devorar não menores capitais de acionistas incautos."

O que está reproduzido acima foi escrito por Monteiro Lobato em 1932. Nos 26 anos que se seguiram, o mundo deu muitas voltas. Mas "O Globo", como se vê, continua o mesmo...

Muda-se o Disco, Mas Não a Música

A lembrança do conto do petróleo nos foi trazido pela campanha, agora desencadeada, em torno do chamado "caminho argentino". Naquela época, o objetivo dos trustes era impedir que se formassem capitais nacionais para a exploração do óleo precioso. Nos dias de hoje já temos a Petrobrás, com seu capital de 12 bilhões de cruzeiros, pujante e em expansão. Troca-se, ante essa realidade, o disco da propaganda. A empresa estatal, apenas com seus meios, nada conseguirá... É indispensável recorrer à ajuda exter-



Vista geral da Refinaria Landulpho Alves, em Maceió.

Permitamos que os grandes monopólios venham interferir aqui e seus recursos econômicos entre o Brasil e o país da Standard Oil.

Se o disco, considerado o maior entrave a bons entendimentos econômicos entre o Brasil e o país da Standard Oil, não nos dá a impressão de que precisamos, necessariamente, importá-los, não importa a escolha para a exportação... Se o disco, mas, na verdade, a música é a mesma. Os trustes visam, agora sempre, apoderar-se do petróleo. Embora talvez derrotados, não desistem. Apenas substituem argumentos, que continuam standardizados.

Assim, deve-se dizer, que passamos, que o atual "newspaper" da propaganda imperialista não é tão novo assim. Segundo revela o sr. Hélio Beltrão (os 6 equívocos fundamentais sobre a Petrobrás), a revista "Time", de 10 de outubro do ano passado, ao noticiar importante missão que teria sido feita pelo Paraguai, abrangendo a zona do Chaco, junto aos campos petrolíferos já conhecidos, bolivianos e argentinos, e importando numa indústria da ordem de 6 milhões de dólares em 4 anos, citava essa contribuição "protegeira" como exemplo de sucesso seguido pelo Brasil.

Exemplo não causou efeito insignificante era a "tribulação" ante o volume investido realizado pela obra sem ajuda exterior. Agora, alardeando-se que os contratos assinados pelo governo da Argentina a um bilhão de dólares repetem-se o que o "Time" em proporções maiores, realmente, mobilizando-se o estardalhaço certas agências telegráficas e certos formulários sensíveis aos rumores, mesmo os conselhos dos monarcas petrolíferos. Mesmo que a mera coincidência de Mr. Foster Dulles já a de malas prontas para o Rio, resolvido a discu-

uma média anual de 180 milhões de dólares, superior, portanto, à média propagada pelos acordos de Frondizi, que irá a menos de 170 milhões (1 bilhão de dólares em 6 anos). Mantido, pela Petrobrás, o nível de inversões — e é razoável prever-se sua elevação — em 6 anos serão aplicados pela empresa estatal, sem ajuda externa, 1 bilhão e 80 milhões de dólares. Tem a Petrobrás, pois, os recursos para realizar as inversões que Frondizi teria conseguido no exterior. Não se trata, no caso, de uma hipótese. Mas de um plano concreto que vem sendo executado com êxito. E não há dúvida de que, desenvolvendo dessa forma suas atividades, resguardada da insidiosa penetração dos trustes, a empresa efetivamente contribuirá, nas melhores condições, para o desenvolvimento independente de nossa economia.

Deixamos de lado, porém, esses detalhes, embora sejam suficientes para anular as divulgadas vantagens do "caminho argentino", uma vez que dão resposta ao principal aspecto do problema: o de se saber em benefício de quem, afinal, será explorado o petróleo do país vizinho. Fiquemos no ponto alto da propaganda: as inversões de um bilhão de dólares, em 6 anos.

Mais DO QUE OS Monopólios

Estará a Petrobrás destituída de meios para realizar em nosso país aquilo que se diz irão os monopólios realizar na Argentina? Ao contrário. Tem recursos para mais. O Programa de Metas de

governo brasileiro prevê, para o quinquênio 1957-1961, investimentos pela Petrobrás que se elevam a 900 milhões de dólares. Temos, assim,



Operários brasileiros operam com uma sonda petrolífera móvel, demonstrando a capacidade técnica do nosso proletariado

mente não levam em conta o peso dos encargos cambiais decorrentes do retorno das anunciadas inversões de 1 bilhão de dólares e respectivos juros. E desse fardo nos livra a Petrobrás.

quanto aos juros, prazos de amortização e assistência técnica. Mas, por isso mesmo, é necessário distinguir entre obter financiamentos para fortalecer a Petrobrás, o monopólio estatal, do petróleo, e, sob o pretexto de conseguir financiamentos, golpear o monopólio estatal, entregar aos trustes a exploração dessa nossa riqueza, colocar nas garras dos trustes esse setor básico da economia do país. Ainda por que, no caso não se trata de um caminho a seguir, sujeito à escolha, mas de um caminho já esboçado e que está sendo seguido, com sucessos consagrados pelo nosso povo como vitórias que não admitem reversões.

Esses dados revelam que, apesar de ainda não vir a ser alcançada a auto-suficiência, a produção de petróleo bruto atingirá, em 1961, a cotização no plano, que é de 110 milhões de barris diários.

A refinaria "Landulpho Alves" (Mataripê, Bahia) começou a funcionar em 1950. Mas, até 1953, só refinávamos 3% dos derivados de petróleo consumidos no país. Já em 1957, em funcionamento também as refinarias de Manaus e Presidente Bernardes, além das particulares, a produção de derivados de petróleo subiu a 43.224.000 barris, suficiente para atender a 62% do consumo. Em 1961 (ampliada a Refinaria "Landulpho Alves", terminada a construção da "Duque de Caxias" e de outras em estudo) deverão cessar as importações de derivados: refinaremos cerca de 200.000 barris diários.

A Petrobrás, criada em 1953, iniciou suas atividades em 10 de maio de 1954 — há apenas 4 anos — com a posse de sua primeira diretoria, recebendo o acervo de bens do Conselho Nacional do Petróleo. Tem sido um êxito ou um fracasso?

A produção do óleo bruto se elevou, de 1 milhão de barris em 1954 para 10.106.269 em 1957. Em novembro do ano passado já era atingida a meta de 40.000 barris diários, esperada para o período 1956-1960. Em dezembro, essa média era de 40.937 barris, correspondendo a 21,4% do consumo nacional. Para o corrente ano, prevê-se uma produção de 17 milhões de barris, que equivale a 22,7% do consumo.

Essa produção em ascensão é assegurada pelo aumento de reservas recuperáveis que de 50 milhões de barris em 1951 (estimativa otimista) subiram para 420 milhões em 1957, recuperáveis se revelou, no período de 1º de julho de 1955 a 31 de dezembro de 1956, das mais altas, segundo esse quadro:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO — 1956/57

PAISES	Prod. diária média (milhares de barris)		aumento (-) ou redução (+) em %
	1956	3º trim. de 1957	
BRASIL	11	29	165,4
Zona Neutra de Kuwait	32	76	137,5
Itália	13	27	107,7
Holanda	21	31	47,6
Egito	33	48	45,5
Irã	542	763	41,3
Iugoslávia	6	8	33,3
Indonésia	256	330	26,6
União Soviética	1.561	1.975	24,3
Qatar	124	154	20,9
Trinidad	79	95	20,0
Chile	10	12	17,7
Kuwait	1.093	1.286	16,2
Alcunha Ocidental	68	79	15,6
Arábia Saudita	983	1.130	13,3
Bahrein	30	34	12,5
Índia	8	9	11,9
Venezuela	2.457	2.749	11,5
Argentina	87	97	11,1
Bolívia	9	10	9,5
Canadá	463	507	8,0
Frância	23	27	6,5
Peru	50	53	6
Japão	6	6	—
Estados Unidos	7.151	6.848	-4,2
México	257	240	-6,6
Austria	64	58	-9,4
Ecuador	9	8	-11,1
Nova Guiné	7	6	-14,3
Irake	638	515	-19,3

Fontes — "World Oil" e "Petróleo Interamericano".

AUTO-SUFICIÊNCIA EM DERIVADOS

Esses dados revelam que, apesar de ainda não vir a ser alcançada a auto-suficiência, a produção de petróleo bruto atingirá, em 1961, a cotização no plano, que é de 110 milhões de barris diários.



VII CONGRESSO DO P. C. JAPONÊS

De 22 de julho a primeiro de agosto, realizou-se em Toquio o VII Congresso do Partido Comunista Japonês.

Após a instalação do Congresso, foi concedida a palavra ao Primeiro Secretário do CC do Partido, camarada Sandzo Nossaka. O informante disse que o VII Congresso estava destinado a fortalecer a unidade ideológica e orgânica do partido e ao mesmo tempo abrir caminho à ulterior ampliação de sua atividade. Ao referir-se às mudanças registradas na situação internacional e interna no curso dos últimos dez anos, desde a realização do último Congresso do Partido, Nossaka conclamou os delegados ao Congresso a uma análise multiforme destas mudanças e a elaborar uma justa linha política capaz de assegurar êxitos na luta pela paz, a independência, a democracia, a elevação do nível de vida do povo. As tarefas básicas do Congresso, disse Nossaka, são a elaboração do novo programa, dos novos estatutos do Partido e a eleição do novo Comitê Central.

SAUDAÇÕES AO CONGRESSO

Depois do informe do camarada Nossaka, dirigiram palavras de saudação ao Congresso representantes do Conselho Geral dos Sindicatos Japoneses, do Conselho japonês de luta pela proibição das armas atômicas e de hidrogênio, do

- ★ É POSSÍVEL REALIZAR PACIFICAMENTE A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA SOCIALISTA
- ★ FRENTE ÚNICA DE TODAS AS FORÇAS PATRIÓTICAS E DEMOCRÁTICAS
- ★ ELEITO O NOVO COMITÊ CENTRAL DO PCJ
- ★ CONTINUARÁ A DISCUSSÃO DAS PERSPECTIVAS DE LONGO ALCANCE DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Comitê da Paz do Japão, da Federação das Unões dos Japoneses e outras organizações democráticas do país.

DELEGAÇÕES AO CONGRESSO

Compareceram ao VII Congresso do PC Japonês delegações de diversos partidos comunistas e operários de outros países, inclusive uma delegação do Partido Comunista da União Soviética. A delegação do PCUS era formada pelo camarada Mitin, membro do CC do PCUS, e

pelo redator-chefe do jornal "Pravda", Satiukov. Os delegados soviéticos foram calorosamente saudados pelos delegados ao Congresso, que deram vivas ao Partido Comunista da União Soviética.

CONTRA A AGRESSÃO AMERICANA

No mesmo dia da instalação do Congresso do PC Japonês foi aprovada unanimemente uma resolução condenando a agressão armada dos norte-americanos e dos ingleses no Líbano e na Jordânia.

SAUDAÇÃO DO PCUS

O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética dirigiu uma mensagem de saudação ao VII Congresso do PC Japonês.

"O VII Congresso do Partido Comunista do Japão tem lugar em condições de impulso do movimento operário internacional, de reforçamento da unidade do movimento comunista internacional à base da ideologia do marxismo-leninismo, em luta direta contra o revisionismo contemporâneo" — diz a mensagem. "O Partido Comunista do Japão participa ativamente desta luta. No curso de mais de 36 anos de sua existência, o partido conduz conseqüente e heróicamente a luta pelos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores do Japão, pela paz, a democracia e o progresso social. Juntamente com todas as forças progressistas do Japão, o Partido se pronuncia ativamente pela consolidação da paz entre os povos, contra o perigo de uma nova guerra, pela completa independência nacional do país, pelo estabelecimento de relações amistosas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países amantes da paz. O povo soviético — acrescenta a mensagem — tem em alto apreço a luta da classe operária japonesa pela paz e pela proibição das armas atômicas e de hidrogênio. O fortalecimento da amizade e da colaboração econômica e cultural dos povos soviéticos e japonês e de outros povos pacíficos do Oriente é a melhor garantia da paz na Ásia".

Enviaram também mensagens ao PC Japonês em seu Congresso os Partidos Comunistas e Operários da China, Coreia, Polônia, Viet-Nam, Itália, França, Estados Unidos, Indonésia, etc. Todas estas mensagens expressavam o espírito de solidariedade e do internacionalismo proletário.

OS DEBATES NO CONGRESSO

Foram extraordinariamente vivos os debates no VII Congresso do PC do Japão. Dêles participaram, tratando do informe político, cerca de 60 delegados. Discutiram-se os mais candentes e atuais problemas da situação internacional contemporânea, a situação econômica e política do Japão e a atividade do Partido.

Os oradores se referiram em particular às grandes mudanças verificadas na situação internacional nos 11 anos decorridos desde a realização do VI Congresso do PC. Trataram do poderoso crescimento do campo socialista, o colossal progresso de sua economia e cultura, progresso que inspira os trabalhadores dos países capitalistas na luta pela realização dos ideais do comunismo.

Os delegados deram também grande atenção à análise da situação dos países do campo capitalista. Mostraram as verdadeiras causas das atuais dificuldades por que passa o Japão e o agravamento da crise na maioria dos ideais do comunismo.

Os delegados revelaram em seus discursos enorme preocupação pela situação internacional, em processo de agravamento ante as ações agressivas dos imperialistas norte-americanos. Foram também transmitidas experiências das lutas dos trabalhadores japoneses contra o domínio americano no país e pela independência nacional do Japão. Os delegados deram a conhecer numerosos fatos interessantes sobre pronunciamentos populares contra a instalação de bases militares dos Estados Unidos no território do Japão, exigindo a liquidação dos acordos não equivalentes que espelham a soberania do Japão. Os oradores salientaram também a indissolúvel unidade de interesses do povo japonês com os povos da União Soviética, República Popular da China e outros países do campo socialista na luta pelo fortalecimento da paz e alívio da tensão internacional.

Foi severamente criticada no Congresso do PC Japonês a política dos círculos governantes do Japão, encarnados no Partido Liberal-Democrata.

Os delegados acentuaram a necessidade de levar à prática imediatamente a frente única de todas as forças patrióticas e democráticas. Esta — declararam — é uma das tarefas mais importantes na atual etapa.

Séria análise foi feita pelos delegados ao Congresso da situação econômica das massas trabalhadoras do Japão, os novos sistemas de salários, etc.

SOBRE A VIDA DO PARTIDO

Os debates referentes à parte final do informe político abordaram em particular questões relacionadas com a vida do partido. Os delegados fizeram uma análise atenta do caminho seguido pelo PC Japonês no último decênio. Grande atenção foi dada às causas da divisão interna do Comitê Central do Partido, que teve lugar em 1950, e dos erros esquerdistas sectários, cometidos em consequência. Neste ponto ouviram muitas críticas e autocriticas de membros do CC do PCJ.

Durante os debates os oradores revelaram as dificuldades, defeitos e insuficiências do Partido ainda hoje existentes. Todos acentuaram a necessidade de fortalecimento da unidade das fileiras do Partido à base dos

princípios marxista-leninistas e se manifestaram pelo estímulo à democracia interna à base do centralismo democrático.

O NOVO PROGRAMA

Na segunda parte da ordem do dia foi lido o informe do Comitê Central sobre o novo projeto de programa, apresentado pelo camarada Kendzim Miamoto. O projeto de programa foi publicado ainda em setembro do ano passado e submetido à ampla discussão nas organizações do partido. Com a discussão, o projeto de programa sofreu uma série de modificações, as quais foram apresentadas ao Congresso.

Em toda a história do PC japonês jamais tinha havido um tão amplo debate em torno de um documento do Partido. Desta forma, o programa expressa a opinião coletiva do Partido.

O informante acrescentou que uma grande contribuição ao PC japonês na elaboração de seu programa foram as históricas reuniões de Moscou dos representantes de partidos comunistas e operários, em novembro do ano passado, e os importantes documentos então aprovados.

O camarada Miamoto destacou a necessidade de precisar rigorosamente no documento básico do Partido a obrigação de todos os comunistas de defender incansavelmente os princípios do internacionalismo proletário, travar uma luta sem tréguas contra todas as manifestações de revisionismo — a principal ameaça ao movimento operário internacional na atual etapa.

O programa acentua o enorme crescimento da organização dos trabalhadores e da atividade combatente da classe operária do Japão, principal opositor ao domínio do capital monopolista. Os efetivos da classe operária do Japão atingem atualmente a 17 milhões e 800 mil pessoas, o que representa 46 por cento de toda a população ativa do país. Diferentemente dos anos de pré-guerra, a classe operária japonesa é hoje uma força organizada, capaz de salvaguardar seus direitos e interesses na luta de classe.

O programa menciona o fato de que no país, em 1956, havia 6 milhões 350 mil sindicalizados, inclusive 1.100.000 operários.

ESTRATÉGIA E TÁTICA DO PARTIDO

Em conclusão, o Programa trata de problemas da estratégia e tática do Partido Comunista na luta pela efetivação dos objetivos que se propõe. Trata-se, entre outras coisas, da necessidade de alcançar, na situação atual, a unidade de ação com o Partido Socialista do Japão e com outras organizações democráticas de massa do país. Importante significado político têm as teses do programa em que se fala do desejo de realizar pacificamente a revolução nacional-democrática e socialista no Japão. No entanto, o Programa não exclui a possibilidade de outras vias para efetivação das tarefas revolucionárias.

(Conclui na 10ª pag.)

PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

FORMAS DE LUTA POR UM GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO

COMO já vimos, ante o impeto de desenvolvimento das forças populares e progressistas no país, e a situação internacional, em que a correlação de forças é decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos, apresenta-se a possibilidade real de conduzir de forma pacífica a revolução antiimperialista e antifederal no Brasil. Ao invés das explosões sociais, da guerra civil, essa revolução pode verificar-se através da introdução de reformas profundas na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até às transformações radicais necessárias ao desenvolvimento econômico e social da nação, na presente etapa histórica.

O processo dessas reformas, em certa medida já em andamento, não pode atingir as proporções necessárias sem que tenhamos no país um governo democrático e nacionalista que ponha em prática uma política interna e externa destinada a favorecer-las. A Declaração política do CC do PCB indica três meios principais e mais prováveis através dos quais pode ser conquistado um governo democrático e nacionalista.

A pressão pacífica das massas e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do parlamento, poderá fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo com o afastamento do poder de todos os entreguistas e a sua substituição por elementos nacionalistas. A forma como têm sido barradas desde a posse do sr. Juscelino Kubitschek, as tentativas golpistas de implantação de uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos, ou as manobras de "pacificação" da política nacional, encaixadas pelos setores entreguistas, que procuram, assim, através de acordos com o governo, conquistar novas posições deslocando do poder elementos nacionalistas, demonstram a eficiência desta forma de luta. Os Congressos e Conferências de trabalhadores e estudantes, tratando simultaneamente das suas reivindicações específicas e dos problemas mais transcendentais do país, manifestando-se em defesa da Petrobrás, contra a vinda da American Can para concorrer com a indústria nacional de lataria; as manifestações de líderes sindicais, como recentemente aconteceu em São Paulo, Distrito Federal, Estado do Rio, etc., reivindicando do executivo maior atenção para a opinião dos trabalhadores que desejam ser ouvidos quando se trata de elaborar a política do país, e, exigindo um sentido nacionalista nas modificações que se operavam em vários ministérios; a organização da Frente Nacionalista e de núcleos nacionalistas, por todo o país, apoiando a Frente Parlamentar Nacionalista na luta pelo desenvolvimento independente da economia nacional, são realizações que, multiplicadas, poderão conduzir, sem dúvida, a uma modificação da composição do atual governo democrático e nacionalista.

As eleições são outro importante meio para a conquista do tipo de governo exigido pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Apesar das limitações que ainda são impostas ao sufrágio popular, as massas têm aproveitado as eleições para infligir derrotas aos entreguistas e elevar aos postos legislativos e executivos elementos que lutam com relativo êxito em defesa dos interesses nacionais. Isso tem contribuído para que uma série de conquistas do povo brasileiro, no sentido do desenvolvimento independente do país e de ampliação das liberdades democráticas, na luta contra as forças reacionárias tenham sido preservadas. Como é sabido, a própria eleição dos atuais governantes representou uma vitória das massas populares, que exprimi a sua vontade nas urnas, derrotando os candidatos apoiados pelo imperialismo norte-americano.

No pleito de 3 de outubro próximo, as possibilidades das forças progressistas impõem a sua vontade através das urnas serão muito maiores do que nas eleições anteriores. Se nas eleições de 1955 os entreguistas foram derrotados, apesar de, então, deterem em suas mãos o poder, com maior razão poderão ser derrotados agora, quando no governo e no parlamento há setores nacionalistas e no país se desenvolve incessantemente o movimento de frente única nacionalista e democrático. Além disso, os comunistas, que possuem influência sobre apreciável parcela do eleitorado, estão antecipadamente armados com uma política que lhes permite desempenhar com justeza o papel de lutadores mais conseqüentes pela unidade de todas as forças progressistas do país. A vitória das coligações nacio-

nalistas e democráticas que se articulam em todo o país, elegendo para as câmaras estaduais, municipais e federal, parte do senado e para os executivos de muitos Estados: um maior número de elementos nacionalistas, aumentará as possibilidades de exercer pressão sobre o executivo federal, no sentido de conseguir uma recomposição desse poder, ampliando o setor nacionalista nele existente. A vitória nas eleições de outubro também colocará as forças anti entreguistas em condições mais favoráveis para concorrer às eleições de 1960, quando se apresentará, em maiores proporções, a possibilidade da conquista efetiva, de um governo nacionalista e democrático.

Pode também acontecer, que impotentes para deter o processo crescente de democratização do país e do seu desenvolvimento econômico independente por vias legais, os entreguistas tentem o golpe a fim de estabelecer uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos para realizar a política que estes vêm procurando impor à nossa Pátria. Neste caso, a resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do parlamento, do governo e das forças armadas, poderá impedir ou restabelecer a legalidade democrática e infligir aos inimigos do nosso povo e seus agentes internos, uma derrota deixando-os em condições muito difíceis para poderem empreender novas tentativas contra os interesses da nação.

Não seria necessário dizer, que também sob este aspecto as forças nacionalistas e democráticas acham-se hoje em condições muito mais favoráveis do que em 11 de novembro de 1955, quando os entreguistas foram espetacularmente derrotados na sua tentativa de fraudar a vontade do povo brasileiro, expressa nas urnas.

A Declaração do CC do PCB aponta estes três meios prováveis e principais. Isto não significa que o desenvolver dos acontecimentos não apresente outras soluções que será preciso perceber e por em prática a tempo. A forma como estes meios estão expostos na Declaração também não significa que o governo democrático e nacionalista será conquistado pela aplicação de um deles exclusivamente. Eles completam-se e devem ser utilizados de acordo com o momento e com as circunstâncias.

UNIDADE DO FUNCIONALISMO NA LUTA PELA CLASSIFICAÇÃO COM AUMENTO

— PRINCIPAIS DELEGAÇÕES AO CONCLAVE — CUMPRIR OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NAS NAÇÕES UNIDAS — ONDE DEVE ESTAR A SOLUÇÃO PARA AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DO GOVERNO — O CONGRESSO E A LUTA DOS SERVIDORES ESTADUAIS — CRIADA A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS — O SENTIDO NACIONALISTA DO CONGRESSO — DEFESA DO DCT — A SESSÃO DE ENCERRAMENTO

O II Congresso Nacional Extraordinário dos Servidores Públicos, realizado no Distrito Federal, de 29 a 31 de julho p. passado, foi um acontecimento de excepcional importância para as lutas do funcionalismo de todo o Brasil.

Estiveram representados 18 Estados, sendo o número de delegados superior a 700. As delegações mais numerosas foram a do Distrito Federal, 387 delegados, São Paulo, 88, Pernambuco, 43, Minas Gerais, 28, Rio Grande do Sul, 20, Ceará, 19. Os delegados representavam 14 Federações estaduais e cerca de duas centenas de Associações de todos os cantos do país.

O centro das discussões do Congresso foi o Plano de Classificação com aumento para o funcionalismo, que está dependendo de aprovação pela Câmara dos Deputados e o Senado.

CUMPRIR OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NAS NAÇÕES UNIDAS

Instalados os trabalhos, com a presença de representantes das autoridades dos vários Institutos de previdência, após os discursos de saudação pronunciados pelo secretário geral da UNSP e pelos representantes de diversas delegações, o presidente do Congresso, sr. Lycio Hauer, leu o discurso de abertura. Em certo trecho do seu discurso afirmou o orador que em 1945 o Brasil aprovou a Carta das Nações Unidas, cujo art. 55, Capítulo IX, está assim redigido:

«Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da auto determinação dos povos as Nações Unidas favorecerão NÍVEIS MAIS ALTOS DE VIDA, em prego para todos e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social.»

Em 1948, na Assembléia Geral da ONU, nosso país subscreveu, solenemente, a Declaração dos Direitos do Homem, que prescreve, nos arts. 23 e 25:

«Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, às condições equitativas e satisfatórias de emprego; toda pessoa tem direito, sem discriminação, alguma, a IGUAL SALÁRIO POR TRABALHO IGUAL; toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe assegure, ASSIM COMO À SUA FAMÍLIA uma existência conforme à dignidade humana e que será completada, em caso necessário, por qualquer meio de proteção; toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a moradia, a saúde, em especial a alimentação, o vestuário, a assistência médica e os serviços sociais necessários; tem igualmente direito a seguro em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda de seus meios de subsistência, por circunstâncias independentes da sua vontade.»

Tendo o Brasil tais compromissos, lógico seria que os primeiros a receber um tratamento em consonância com os mesmos fossem os servidores públicos, pois isso depende diretamente do Estado cujo governo os assumiu. Tal coisa porém não acontece. Os servidores públicos não percebem igual salário por igual trabalho, não percebem de conformidade com os serviços que prestam e não têm assegurado um nível de vida compatível com a dignidade do cargo que exercem. Quanto à previdência basta citar que o dispositivo da Lei nº 1.711/52, que mandava fosse posto em execução o plano de previdência um ano após,

isto é, em 1953, até hoje não foi cumprido.

Solução para as dificuldades financeiras do governo

Citando dados sobre o alto do custo de vida — 30 a 40%, de 1956 a esta data, segundo «Conjuntura Econômica» — o orador frisou que os servidores, 70% dos quais vencem salários inferiores a 7 mil cruzeiros, não podem concordar em que o peso das dificuldades financeiras do governo sejam lançadas sobre os seus ombros. A solução para essas dificuldades deve ser encontrada através de medidas patrióticas, como a valorização das nossas exportações e aproveitamento das nossas riquezas em exclusivo proveito do Brasil; sabermos negociar, abrindo nossos portos a todos os países, ao invés de praticarmos pernicioso comércio triangular; evitarmos a saída de lucros excessivos para o exterior, sangria anual de bilhões de cruzeiros; aproveitamento das nossas terras, cendendo-as à produção aos imigrantes nacionais do nosso abandonado nordeste. E, finalmente, embora seja medida administrativa financeira evitando a sonegação do imposto de renda por parte das grandes firmas e empresas nacionais e estrangeiras.

Unidade em torno da Classificação

Como é sabido, a luta pela Classificação já vem de longos anos. Em outras ocasiões os poderes constituídos

protelaram a adoção dessa medida, oferecendo em troca ao funcionalismo um aumento de vencimentos. Ante a elevação do custo de vida, os servidores viram-se constrangidos a aceitar o aumento e ver protelada a Classificação.

Desde o último aumento conseguido, novas altas no custo de vida afligem os funcionários, assim como a todos os trabalhadores. Por isso, no Congresso, de início se esboçaram duas tendências — a dos partidários da Classificação com aumento e a dos partidários do aumento dos vencimentos simplesmente, deixando para mais tarde a Classificação.

O decorrer dos debates no entanto deixou claro ser mais vantajoso continuar a luta pela Classificação com aumento. Esta já conta com a aprovação do Executivo e depende agora exclusivamente da Câmara dos Deputados e do Senado. É possível, por isso, ser conquistada antes das eleições de outubro. Pleitear o aumento simples implicaria em iniciar a jornada novamente, isto é, deslocar outra vez o problema para a esfera do Executivo que deveria enviar nova mensagem ao Congresso, etc.

Além disso a Classificação de acordo com o substitutivo Elias Adalme, mesmo sem as emendas corretivas que se pretende introduzir, já trará aos servidores uma melhoria de vencimentos que vai de 25 a 50%, sendo que, com relação aos artifices, em muitos casos vai além de 50%.

Diante disso, os partidários do aumento simples, retiraram suas proposições e o Congresso unificou-se em torno da luta pela Classificação com aumento, visando a sua conquista antes de outubro.

O Congresso e a luta dos Servidores Estaduais

Embora tendo como centro a luta pela Classificação dos funcionários Federais e Autárquicos, o Congresso encerra uma importância significativa para a luta dos servidores públicos estaduais, cuja representação também foi numerosa. A conquista da Classificação para os funcionários federais abrirá caminho para idêntica medida nos Estados, onde ela também inexistente, com exceção do Es-



O ato da fundação da Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

tado de Pernambuco, no qual foi conquistada em luta sob a liderança da Federação Pernambucana dos Servidores Públicos.

Na Paraíba os servidores estaduais já estão em luta pela conquista da sua própria classificação. Em Sergipe, onde a média dos seus vencimentos é de 1.050 cruzeiros — enquanto o salário-mínimo regional é de 2.200 — também já sentem a necessidade dessa medida. No Rio Grande do Norte, onde muitos servidores percebem a insignificância de 20 cruzeiros por dia, estão em luta por aumento de vencimentos.

Assim, o Congresso aprovou moções de solidariedade aos servidores estaduais e apelo aos governos estaduais a fim de que sejam atendidas as reivindicações do seu respectivo funcionalismo. Ao governo da Paraíba foi oferecida ajuda técnica através da Federação local para organizar a Classificação.

Confederação Nacional dos Servidores Públicos

Outro aspecto do Congresso de grande interesse, inclusive para o funcionalismo dos Estados e dos municípios, foi a criação da Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

A Confederação foi criada com a participação de 14 Federações, além de grande número de Associações. Foi eleito um Conselho Diretor composto de representantes do Distrito Federal, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul e mais um secretário geral, com a incumbência de auxiliar as Federações que ainda procuram

obter o seu registro elaborar os Estatutos da Confederação e promover a solenidade de posse da sua diretoria no «Dia do Funcionário Público», 28 de outubro.

Em consequência da criação da Confederação a UNSP foi transformada em associação de âmbito nacional, congregando sócios diretos, servidores públicos federais, autárquicos, estaduais e municipais, residentes em qualquer parte do país.

Sentido Político de Congresso

O Congresso cujos debates transcorreram num ambiente de grande vivacidade e camaradagem, teve um cunho nitidamente nacionalista e revelou o interesse dos seus participantes pelos problemas políticos nacionais e internacionais. Isso ficou patente pela receptividade que encontravam os oradores que abordavam problemas relacionados com essas questões e se traduziu em várias moções aprovadas.

Foi aprovado o envio de uma mensagem de saudação à 47ª Conferência Interparlamentar Internacional que se realizava no Palácio Tiradentes, e uma moção de aplauso ao discurso ali pronunciado pelo chanceler Negrão de Lima, em virtude dos conceitos progressistas nele emitidos.

Sobre a participação dos funcionários nas eleições foi aprovada a seguinte moção: «Conclamar a todos os servidores públicos e autárquicos de qualquer órgão administrativo que percebem pelos cofres públicos, a comparecerem em massa, nas elei-

ções de 3 de outubro próxima, evitando a subestimação do Congresso Nacional que se prejudica a classe e só interessa aos inimigos do funcionalismo público.»

Defesa do DCT

Outra moção para ser enviada ao Presidente da República, reza: «Os servidores públicos, reunidos em Congresso, levando em consideração a necessidade de preservar a existência e o desenvolvimento do Departamento dos Correios e Telégrafos, resolveram solicitar a V. Exa. que seja concedido ao DCT prioridade exclusiva para a instalação do Serviço Telefônico na futura capital da República.»

Outras moções foram aprovadas, perfazendo, todas, o número de 107.

Por decisão do Congresso as resoluções serão encaminhadas ao Presidente da República, Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sendo que a Câmara já foram entregues em concentração realizada na tarde do dia 4 de passado no Palácio Tiradentes.

O Congresso outorgou à Coligação de Associações pro Classificação (CAC) os necessários poderes para executar, fiel e intransigentemente as Resoluções tomadas, até o funcionamento da Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

Encerramento

A sessão solene de encerramento estiveram presentes, participando da mesa, entre outras personalidades as seguintes: Deputados José Talarico e Benjamin Farah, representantes do Ministro da Guerra, do prefeito do Distrito Federal, do vice-presidente da República e do Almirante Amarel Peixoto; o cônego Osório Maria Tavares, representando o Serviço de Assistência Social da Central de Brasil, o ex-deputado Roberto Morena, etc.

Dada posse aos novos dirigentes da UNSP os congressistas de pé juraram permanecer unidos em defesa da Classificação com aumento antes das eleições de outubro, e, posteriormente em defesa das demais reivindicações do funcionalismo.



A mesa que presidiu a sessão de encerramento do Congresso.

O Congresso Dos Trabalhadores Catarinenses

CONVOCADO PARA OS DIAS 5, 6 E 7 DE SETEMBRO PRÓXIMO — O TEMÁRIO — SEDE DO CONGRESSO

Acontecimentos da Vida SINDICAL

Em reunião realizada no Rio de Janeiro, com representantes de todo o país, os bancários resolveram dar início à campanha por aumento de salários.

— Falando na festa de comemoração do 150. aniversário da Guarda Civil Ferroviária, o Diretor da Central do Brasil disse que a maior parte dos desastres que se verificam naquela ferrovia devem-se aos baixos salários que recebem os trabalhadores.

Em reunião com dirigentes sindicais realizada em Fortaleza, conselheiros do IAPI, em visita àquela cidade, apelaram para a constituição de uma frente única dos trabalhadores a fim de lutar pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, ora em tramitação no Senado Federal.

— Em Recife, motoristas de ônibus, servidores municipais e ferroviários realizaram uma "passeata da fome", conduzindo cartazes alusivos às suas reivindicações.

— Os sapateiros de São Paulo dirigiram-se ao presidente da República solicitando que seja determinado ao Serviço de Estatística da Previdência do Ministério do Trabalho, o fornecimento de dados sobre o custo de vida a fim de que possam funcionar as Comissões de Salário-Mínimo em todas as regiões.

— O Fórum Sindical de Debates de Santos, convidou o sr. Arlindo Maciel, presidente do IAPTC, para comparecer àquela cidade a fim de discutir com os trabalhadores e verificar "in loco" as irregularidades constantes nos serviços daquela autarquia, principalmente na que se refere à aplicação dos seguintes:



— A 22 de julho, o chefe de uma delegação governamental da Austrália, chanceler Julius Reab, com a conferência. Durante a permanência em Moscou da delegação do governo austríaco foram discutidos com os governos soviéticos importantes problemas das relações amistosas entre os dois países. Na foto vemos Kruschiov e o dr. Reab. **EM SUA BANDEIRA** — Charge do diário francês "L'Humanité", a propósito da invasão do Líbano e da Jordânia pelas tropas norte-americanas e inglesas. A bandeira que conduzem é a dos grandes monopólios petrolíferos: a companhia inglesa Shell, a americana Esso, a francesa Compagnie Française des Petroles.

Está convocado para realizar-se nos dias 5, 6 e 7 de setembro próximo, na cidade de Itajaí, o II Congresso dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina.

TEMÁRIO

O manifesto de convocação foi lançado pela Comissão Permanente eleita pelo Congresso anterior, em obediência a uma resolução do mesmo. O II Congresso deverá discutir o seguinte temário:

1 — Previdência Social — Projeto de Lei Orgânica — a) Benefícios; b) Assistência Social; c) Assuntos Relativos à Administração; d) Inversões;

2 — Liberdade e Autonomia Sindical — a) Regulamentação ampla que não restrinja o direito de greve; b) Ampla Autonomia dos Sindicatos;

3 — Melhoria das Condições de vida do Trabalho — a) Aumento do salário mínimo; b) Escala Móvel de salários; c) Salário Profissional; d) Condições de trabalho nas empresas, especialmente da mulher e do menor; e) Encarecimento do custo de vida e os meios de detê-lo;

4 — Legislação Sindical e Justiça do Trabalho; — a) Aplicação da Atual C.L.T.;

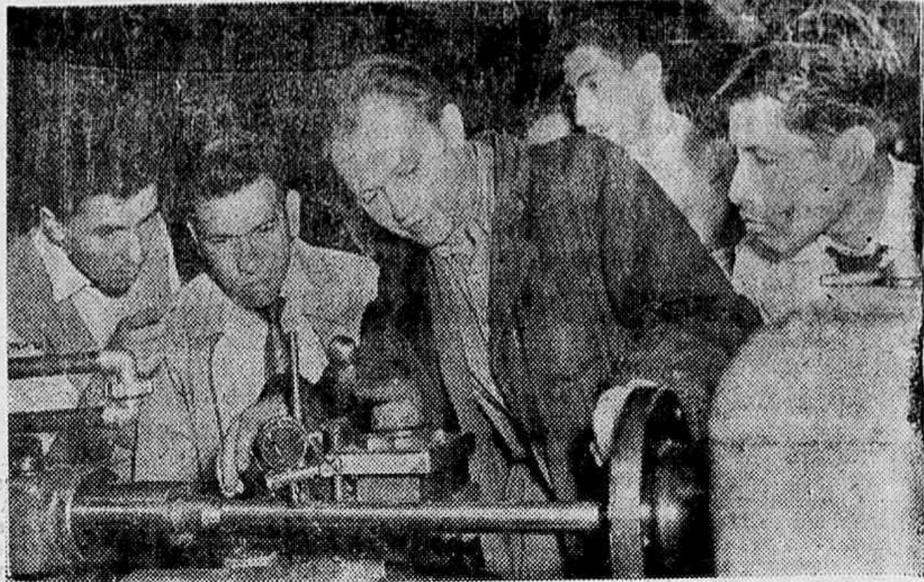
5 — Defesa e Ampliação da Indústria Nacional e Independência Econômica do Brasil.

6 — Seguro de Acidente do Trabalho.

SEDE DO CONGRESSO

A sede do II Congresso, está funcionando na Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina, à rua Tenente Silveira — Florianópolis.

Durante o período da realização, a sede do Congresso funcionará no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil — Rua Bauer, 48 — fundos — Itajaí.



MOSCOU, (Agência TASS) — Um grupo de delegados da Primeira Conferência Mundial da União da Juventude Operária visitou recentemente a Capital da URSS. Nesta foto, vemos alguns delegados conhecendo a fábrica mecânica "Proletário Vermelho", em Moscou, da União Soviética; M. H. Saad el-Dine, ostra aos delegados do Chile e do Brasil uma das máquinas produzidas pela empresa.

VII CONGRESSO DO P.C. JAPONÊS

(Conclusão da 8ª pag.)

narias no caso das classes dominantes recorrerem à violência contra o povo.

OS NOVOS ESTATUTOS

O projeto de novos estatutos do PC japonês foi debatido durante dois dias pelo VII Congresso. O projeto sobre os mesmos foi apresentado pelo camarada Hakamada, membro do Presidium do CC do Partido.

Em assembleia plenária, o Congresso aprovou unanimemente as novas normas de vida interna partidária, importante documento que consubstancia a experiência das lutas dos comunistas japoneses e do movimento comunista internacional, de acordo com as condições específicas do Japão.

RESOLUÇÕES SOBRE O PROGRAMA

A primeira de agosto realizou-se o encerramento do VII Congresso do PC japonês. O Congresso aprovou o informe político do Comitê Central com diversos adendos e especificações, propostas das subcomissões e proclamou o Partido a aplicar conseqüentemente a linha

política traçada pelo informe.

Foi lido em seguida um relatório da Comissão especial sobre o projeto de programa do CC. Por maioria de votos, o Congresso aprovou a decisão de sancionar como "programa de ação" a parte do projeto de programa onde se estabelecem as tarefas imediatas do Partido. No que se refere às perspectivas mais distantes do movimento revolucionário no país, por decisão do Congresso, a discussão deste problema continuará no Partido, sob a direção do novo Comitê Central.

O NOVO COMITÊ CENTRAL

Iossio Siga, membro do Comitê Central do PC japonês, anunciou perante o Congresso o novo Comitê Central eleito. Para Presidente do Partido foi escolhido o camarada Sandzo Nossaka e para Secretário geral Kendzi Niamoto.

Esta informação foi entusiasticamente aplaudida pelos delegados ao Congresso.

Em seguida foi lido o texto de uma mensagem dirigida pelo Congresso ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, em resposta à sua saudação.

O Congresso encerrou-se

com um discurso do camarada Nossaka, depois do qual todos os delegados, de pé, cantaram a "Internacional".



Nas Fábricas e Nos Sindicatos Está o Êxito da Segunda Convenção

Roberto MORENA

Encontra-se em pleno desenvolvimento a preparação da 2ª. Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal. Cabe aos sindicatos ou associações profissionais a principal tarefa: levar os temas, as teses e as sugestões a serem debatidas no conclave, às próprias massas trabalhadoras. A Convenção convocada para os dias 2 a 6 de setembro vindouro terá valor muito maior se os trabalhadores e as entidades sindicais de base tomarem parte ativa em sua preparação e realização.

Torna-se cada vez mais necessário o maior pronunciamento dos trabalhadores. As direções das organizações sindicais têm absorvido a vida das entidades, reduzindo as manifestações coletivas e, ao mesmo tempo, o próprio crescimento e fortalecimento do movimento sindical. Sem o pronunciamento, sem a mobilização efetiva, consciente, dos trabalhadores, as resoluções de Congressos, Conferências ou Convenções ficam no papel. Basta citar um exemplo: na 1ª. Conferência Nacional Sindical realizada nos dias 29 e 30 de março deste ano, três resoluções foram tomadas: a luta pela imediata aprovação da extensão dos benefícios concedidos aos bancários, no tocante à aposentadoria ordinária, a todos os trabalhadores, a mais rápida tramitação do Projeto encaixado no Senado Federal, que regula o exercício do direito de greve e a convocação, em início dos trabalhos das Comissões de salário-mínimo para a sua revisão e elevação.

Dessas resoluções, somente a primeira foi concretizada e isso, devido às manifestações de desagrado ao Parlamento pelo entrave que vinha opondo à tramitação da mensagem presidencial propondo a medida aprovada na referida Conferência Sind. Nacional. Mas as outras, tão importan-

tes como regulamentação do Direito de greve, ou da inadiável elevação do salário-mínimo, continuam no terreno das cogitações e das promessas. Por que isso? A resposta é fácil de se saber: os trabalhadores não estão mobilizados para conquistá-los. Tudo tem ficado em conversações de dirigentes sindicais e das autoridades, em pronunciamentos de reuniões de cúpula, sem o vigor e a força que lhes dá a massa.

REUNIOES SINDICAIS E DE FABRICAS PARA DISCUTIR OS TEMAS DA CONVENÇÃO

Está convocada a Convenção. Cada organismo sindical não necessita esperar ordens para reunir-se, estudar as questões, eleger comissões de estudos, promover reuniões de fábricas e ir até elas para ouvir a opinião dos trabalhadores. Podemos dizer sem temor de contestação que os trabalhadores, associados ou não dos sindicatos, têm muito que falar e têm boas sugestões e propostas a fazer. Por que então não ouvir sua opinião, por que então não contar com sua força decisiva e mobilizá-la?

Não podemos contentar-nos com as reuniões e assembleias sindicais que temos realizado. Elas não têm expressado a força e nem o desejo de luta dos trabalhadores. Há organismos sindicais que há anos não realizam assembleias ou reuniões. Quando as convocam é para cumprir normas estatutárias e instruções contidas na Consolidação das Leis do Trabalho. Assim não representam nem seus associados, quanto mais os trabalhadores não organizados, que não sentem neles os seus verdadeiros defensores.

Também por isso os efetivos sindicais não correspondem nem ao grau das lutas dos trabalhadores e nem à capacidade de mobilização das massas laboriosas.

Isso quanto ao organismo de primeiro grau. Quanto às federações com suas direções eleitas entre o número reduzido de Conselheiros, são completamente ineficientes e ausentes nas lutas sindicais. Exemplo: temos a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Mobiliário e da Construção, que com 6 organismos inscritos, funciona há mais de 5 anos somente com quatro, sendo que dois deles são pequenos sindicatos, que não se reúnem e outro se encontra em vias de recuperação. A Diretoria dessa Federação não tem nenhuma atividade. O mesmo se pode dizer das Federações dos Trabalhadores da Alimentação e do Vestuário.

Somente a força trabalhadora, provinda das fábricas e dos sindicatos é que poderá dar vida ativa ao movimento sindical.

UMA CONVENÇÃO PARA MOBILIZAR E PARA UNIR

A segunda Convenção deve mobilizar e unir. Não é um certame de rotina. Essas reuniões não estão previstas na CLT. Surgem da necessidade, da própria vida.

Na primeira Convenção foi elaborado um bom programa. Grande parte desse programa está dedicada aos problemas do nosso desenvolvimento econômico, precisa a posição da classe trabalhadora em face das questões vitais para emancipação econômica e política de nossa pátria. No momento estão sendo equacionados esses problemas sob certa orientação, que não condiz com o espírito e a consciência nacionalista do povo brasileiro.

Que nos trouxe a visita indesejável do sr. John Foster Dulles? Que acordos foram ventilados nos terrenos econômico, político e social? Que se resolveu, intramuros, sobre a exploração de nosso petróleo? Qual a orientação sobre os investimentos financeiros norte-americanos? Qual o rumo da chamada operação pan-americana?

A 2ª. Convenção, convocada para as vésperas da data de nossa Independência política, têm esses problemas para tratar. Ela é oportuna e necessária. É uma reunião para mobilizar a opinião dos trabalhadores, em cada vez mais e fortalecer as organizações sindicais em todos os sentidos.

Temos certeza que os trabalhadores, os dirigentes e militantes sindicais compreenderão bem os seus deveres e darão os seus esforços, inteligência, seu patriotismo, para tornar a 2ª. Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal um conclave vitorioso.

Greve Dos Motoristas de Ônibus do Rio

Nova ameaça de paralisação dos transportes — As autoridades e as empresas não cumpriram o acordo — Unidade dos 2 Sindicatos

Os motoristas de ônibus do Distrito Federal deverão entrar novamente em greve no próximo dia 11, segunda-feira, caso até lá não sejam atendidos em suas reivindicações, sendo provavelmente acompanhados pelos motoristas de lotações.

A atitude dos profissionais de volante deve-se a que M. do Trabalho, Prefeitura e as empresas proprietárias de ônibus não cumpriram o acordo que pôs fim à última greve. O prazo de 45 dias, então fixado para solução da melhoria salarial pleiteada pelos trabalhadores, esgotou-se no dia 22 de julho p. passado. Além disso, empresas vem atrasando os pagamentos e demitindo operários que tomaram parte no movimento grevista em flagrante desrespeito ao acordo firmado. Os trabalhadores dilataram o prazo citado por mais 18 dias. Essa dilatação expira no próximo dia 11, quando ameaçam entrar em greve novamente, caso não sejam atendidos.

Para cumprir o citado acordo os empregadores querem a execução da chamada «Operação Copacabana» e a regulamentação da Lei 775/53, onde figuraria também a não concessão de novas linhas de lotações. Isso não convém aos trabalhadores, pois viria dividir os motoristas das duas categorias e ameaça liquidar os lotações individuais. Por outro lado, a «Operação Copacabana»

também não convém ao povo, tendo contra ela se manifestado inclusive a «Sociedade Amigos do Leblon».

Os dois sindicatos de motoristas, que se encontram em assembléia permanente, distribuíram ao público um comunicado conjunto no qual dizem não caber responsabilidade aos trabalhadores nem aos seus representantes caso no próximo dia 11 falte transporte de ônibus ou lotação.



PEQUIM, (Agência Hsinhuá) — Na capital da República Popular da China, há pouco grandes demonstrações de massa contra a agressão militar dos Estados Unidos no Líbano. Os manifestantes expressaram seu caloroso apoio à República do Iraque, exigindo a imediata retirada das tropas invasoras norte-americanas.

DETRITOS ATÔMICOS CONTAMINAM OS MARES

NA sessão de 2 do corrente da Assembléia Geofísica Internacional, o oceanógrafo soviético, imediatamente apoiado por todos os demais delegados, inclusive os norte-americanos, denunciou os sérios perigos decorrentes da prática de lançar detritos atômicos nos oceanos. Como é sabido, a Inglaterra vem lançando sistematicamente os detritos de suas instalações atômicas no fundo do mar, utilizando-se para isso de invólucros de concreto armado, cuja duração mesmo segundo os cálculos mais otimistas é inferior à «vida radioativa» de grande parte desses detritos. Se essa prática continuar, os mares terminarão envenenados pela radioatividade, o que constitui gravíssimo perigo para o futuro da humanidade.

Ao povo brasileiro, bem como aos outros povos da América do Sul interessa particularmente essa denúncia, pois um dos pontos escolhidos pelos ingleses para o lançamento dos detritos radioativos está situado ao sul do continente, próximo à Antártica. As correntes marítimas poderão, mais cedo do que se pensa, trazer às costas da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil esses detritos, envenenando os peixes e plantas marítimas. Devemos portanto apoiar energeticamente a denúncia feita na Assembléia Geofísica Internacional, protestando contra a continuação dessa prática criminosa.

LAVRADORES DE ITAUCU

GOIÁS, (Do Correspondente) — Realizaram-se no mês de junho próximo passado, eleições de diretoria da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, no Estado de Goiás. A nova diretoria que regerá os destinos da A.L.T.A.I. nos anos de 1958 e 1959 ficou assim constituída: Presidente, Sebastião Gabriel Bailão; vice-presidente, Vidal Pereira Alves; 1º secretário, João Mendes dos Reis; 2º secretário, Ilda Martins da Silva; 1º tesoureiro, Vergílio Ribeiro do Nascimento e 2º tesoureiro, Alberto Ferreira da Silva. Foi eleito ainda um representante desta entidade para tomar parte no II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais. Os lavradores presentes no mesmo instante se cotizaram e arranjaram Cr\$ 1.500,00 para as despesas de viagem do representante eleito.

Esta assembléia contou com a presença de 200 pessoas. Estiveram ainda presentes o representante da Associação dos Lavradores de Formoso e uma professora rural do município de Inhumas.

VITÓRIA DEMOCRÁTICA NO CHILE: LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA

A Câmara dos Deputados do Chile aprovou a 31 de julho, por ampla maioria, um projeto de lei que restabelece a plena legalidade do Partido Comunista.

O Partido Comunista do Chile foi posto fora da lei há dez anos, durante o governo Ganzalez Videla, mediante aplicação de uma lei reacionária, denominada «Lei de Defesa Permanente da Democracia». Após isso foram riscados das listas milhares de eleitores, perdendo o direito de voto, todos os membros do partido.

O projeto de lei agora aprovado pela Câmara chilena, e que sobe imediatamente à sanção presidencial, revoga a «Lei de Defesa Permanente da Democracia», mantendo no entanto alguns dispositivos que dão ao poder judiciário o direito de suspender temporariamente jornais ou emissoras que atentem contra a organização democrática do Chile, ou contra a segurança e a estabilidade econômica do país.

O lado positivo da lei é o pleno restabelecimento da legalidade do Partido Comunista, a reinscrição automática de todos os seus membros que haviam sido riscados das listas eleitorais.

Votaram a favor do projeto os radicais, os cristãos-democratas, e os socialistas. Os conservadores e os liberais votaram contra.

Com mais essa vitória democrática os comunistas chilenos poderão concorrer às eleições gerais de setembro próximo.

VOZ OPERÁRIA

Março 1958

MATRIZ

Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 Tel.: 42-7344

ASSINATURAS

Núm. avulso	1,00
Anual	12,00
Semestral	6,00
Trimestral	3,00
Aérea ou sor. registro, despesas parte	0,50
Núm. atrasado	0,50

SUCURSAL

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, 66, s/ 43.

A BATALHA DA DIFUSÃO

NOVAS AGÊNCIAS: Parati; Itaguaí e Lorena. AGENCIA RESTABELECIDAS: Poços de Calda. AUMENTOS: Brasília mais 17 por cento; Fortaleza mais 15 por cento (CF) e Salvador mais 17 por cento. AGENCIAS REDUZIDAS: Mogi das Cruzes menos 17 por cento; Manaus menos 13 por cento e Magé menos 80 por cento. AGENCIA SUSPENSA: Petrópolis. NOVOS ASSINANTES: Caravelas (1); São Gonçalo e Paranaíba (2). Transferências de endereços e mudanças de agentes: — Recebemos e providenciamos a mudança dos endereços dos assinantes Sebastião Luciano Rezende; dos agentes em Catanduva; em Conselheiro Lafaiete. PAGAMENTOS DE 1. a 6-8-58: — Distribuidora Riachuelo Cr\$ 9.500,00; Cataguazes Cr\$ 155,00; Maricá Cr\$ 160,00; Uberaba Cr\$ 1.250,00; Catanduva Cr\$ 90,00; Maricá Cr\$ 300,00; Mogi das Cruzes Cr\$ 1.600,00; Piracicaba Cr\$ 200,00; Cuiabá Cr\$ 100,00; Cândido Mota Cr\$ 100,00; Pau Grande Cr\$ 350,00; Fortaleza (CF) Cr\$ 2.189,10; Marília Cr\$ 240,00; Recife Cr\$ 1.000,00; Limeira Cr\$ 500,00; Indaiatuba Cr\$ 270,00 e Petrópolis Cr\$ 1.500,00; Vitória Cr\$ 2.500,00.

Com agrado publicamos a liquidação do débito com VOZ OPERÁRIA da agência de Cornélio Procopio. Exemplo assim deve ser imitado por outras agências.

Correspondência: — João Rodrigues Rino — Ribeirão Preto — Já estão seguindo as assinaturas pedidas em sua carta de 14-7-58.

Reclamações: — Nosso agente em Barretos informa que não está recebendo suas quantidades de VOZ OPERÁRIA, que está seguindo normalmente.

— Nosso agente em Medina, informa que está recebendo com atrasos injustificáveis suas quantidades de VOZ OPERÁRIA. Além disso o número 468 que saiu do Rio em 22-5 só chegou depois do número 470, e o número 466 e 469 de 10-5 e 31-5, até hoje não chegaram as suas mãos. Para essas irregularidades chamamos a atenção do sr. Diretor Geral dos Correios, a fim de que sejam sanadas.

Chamamos a atenção dos agentes de VOZ OPERÁRIA em Franca, Campos Jordão, Campinas, Barretos, Iperó, Igarapeva, Getulina, Ourinhos (OM), Miquelópolis, Pompéia, Limeira, S. J. V. Vista, Jequitinhonha, M. Valença, Cordeiro, S. J. Caiuá; Paranaíba, Nova Esperança, Rio Verde, Itauçu, para a necessidade de regularizar imediatamente sua situação junto a gerência da empresa editora do nosso jornal, pois está esgotado o prazo de tolerância e pode ocorrer a suspensão das remessas de quantidades de jornais.

Até esta data não recebemos os valores referentes a recibos que enviamos para os senhores.

Carlos Rosa, em Londrina — Paraná; em Valparaíso — NOB — S. Paulo; Wilson Vieira, em S. Luiz — Maranhão; Abraão Isaac Neto, em Polônia — Goiás.

Recebemos de Rosa Eugênia uma ajuda de Cr\$ 100,00, que agradecemos.



II.ª CONFERÊNCIA AGRÍCOLA DO MARANHÃO

SÃO LUIZ (Do Correspondente) — Sob o patrocínio da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, realizar-se-á nos dias 15, 16 e 17 do corrente mês, nesta cidade a II Conferência Agrária do Maranhão. Em numerosos municípios do interior do Estado vem se realizando assembléias, palestras, e conferências locais, nas quais se debate o tema da II Conferência e se elegem os delegados ao conclave estadual.

TEMÁRIO

Quanto ao temário da II Conferência Agrária do Maranhão, consta dos seguintes pontos:

1 — Levantamento, distri-

buição das terras devolutas do Estado e Reforma de lei da Terra do Estado;
2 — O problema do latifúndio no Maranhão;
3 — Estudos dos projetos de Reforma Agrária;
4 — Assistência técnica e financeira aos agricultores;
5 — Garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura;
6 — Previdência e Assistência sociais;
7 — Alfabetização do homem do campo;
8 — Extensão da Legislação Trabalhista aos Trabalhadores assalariados;
9 — Organização de Associações e Sindicatos para os trabalhadores agrícolas.

CONTINUA TREMULANDO NA U.N.E. A BANDEIRA NACIONALISTA

Reportagem de MOACIR LONGO

DE 26 de julho a 1º de agosto realizou-se na cidade de Baurú, no Estado de São Paulo, o XXI Congresso da União Nacional dos Estudantes. Estavam presentes à sessão solene o diretor da Faculdade de Direito de Baurú, professor Eufrásio de Toledo, um representante do general Teixeira Lott, Ministro da Guerra, e outras personalidades. Como convidados de honra compareceram ao Congresso, na qualidade de observadores, Enrique A Berro, da Federação Estudantil Universitária do Uruguai e também como representante das Oficinas de Relações Estudantis Latino-americanas, e o Vice-presidente da União Internacional de Estudantes (Abdul Guisdar, do Sudão).

Mensagens ao Congresso

O XXI Congresso da UNE recebeu mensagens de congratulações assinadas pelo Vice-presidente da República, sr. João Goulart, pelo prefeito de Porto Alegre, sr. Leonel Brizola, do governador do Rio Grande do Sul, sr. Ildo Meneguetti, do Ministro da Saúde, sr. Mário Pinotti, do governador em exercício do Estado do Rio, sr. Tógo de Barros, do governador de Mato Grosso, sr. Poções de Arruda, do Presidente da Câmara Federal, Sr. Panieri Mazzili, além de outras.

Policialismo do Consulado americano

O Congresso da juventude estudantil repudiou energicamente a interpelação policial feita pelo Consol dos Estados Unidos em São Paulo, em resposta a um protesto da Faculdade de Filosofia da Universidade daquele Estado, junto ao presidente Eisenhower, contra a agressão armada norte-americana no Oriente Médio. O consul americano reclamava uma lista com os nomes dos signatários da carta e outra dos que a ela se teriam oposto. Lido o ofício do consol, todos os delegados ao Congresso da UNE prorromperam numa estrondosa vaia. O acadêmico Leite Perrone, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, pediu que o Congresso repudiasse os termos policialescos e atrevidos do ofício do consol americano. A proposta foi unanimemen-

te aprovada, sob vibrantes aclamações.

Teses e moções do Congresso

O XXI Congresso da UNE aprovou as seguintes teses e moções: de aplausos pela realização da Conferência Interparlamentar no Rio de Janeiro; pela criação das Universidades do Amazonas e Espírito Santo; de apoio à greve dos estudantes de economia do Ceará; de repúdio às atividades policialescas da chamada Frente da Juventude Democrática (FJD, de Pena Botto); de congratulações pela passagem do 62º aniversário da fundação da cidade de Baurú e pela hospitalidade de seu povo para com os delegados ao Congresso da UNE. Resolveu o Congresso criar uma Comissão de relações exteriores da UNE para facilitar os contactos entre os estudantes brasileiros e os de outros países. Foram aprovadas as teses: «Os universitários em face dos problemas brasileiros»; «Problemas do desenvolvimento econômico»; «Pela revogação da lei 1.472, medida reclamada pelos acadêmicos de Farmácia».

Programa mínimo da UNE

O XXI Congresso aprovou o Programa Mínimo na União Nacional dos Estudantes, no qual a juventude estudantil brasileira se propõe:

a) lutar para que os Departamentos Administrativos participem com voz e voto das reuniões dos Conselhos Técnicos Administrativos e

Congregações das Faculdades;

b) pela efetivação do dispositivo constitucional referente ao mínimo de 10% da renda tributária da União e 20% dos Estados e Municípios para manter e fomentar o ensino;

c) pela reforma do ensino superior;

d) Construção e manutenção de uma rede de Casas de Estudantes e restaurantes universitários;

e) abatimento de 25% nos transportes mediante requisição da UNE;

f) lutar pela federalização das Universidades e Escolas superiores com, mais de 10 anos de funcionamento;

g) pelo barateamento do livro didático;

h) regularização das bolsas de estudos aos estudantes realmente necessitados;

i) fomento do teatro universitário;

j) campanha por uma Editora Universitária;

k) pela coordenação do movimento universitário brasileiro;

l) manter a revista «Movimento»;

m) divulgar as atividades da UNE;



Um aspecto do plenário no XXI Congresso Nacional de Estudantes.

c) campanha pela moralização dos concursos públicos.

Declaração de Princípios

O XXI Congresso Nacional da UNE adotou uma Declaração de Princípios em que os estudantes reafirmam sua lealdade aos princípios democráticos e constitucionais e

vos aos interesses do povo brasileiro e que possam comprometer sua soberania e retardar sua evolução industrial.

Reconhece a Declaração de princípios a necessidade urgente de uma reforma agrária, exige medidas imediatas de combate às secas do Nordeste e a efetivação do plano de revalorização da Amazônia.

No que se refere às suas reivindicações específicas, os estudantes, reunidos em seu Congresso, reclamam do governo maior apoio à pesquisa científica, à divulgação de livros didáticos e um Plano Nacional de Alfabetização. Repudiam a interferência indevida dos órgãos governamentais na política universitária, bem como a ingerência de quaisquer forças estranhas aos universitários.

Eleita a nova diretoria da UNE

Duas chapas concorreram às eleições da direção da UNE que se renova anualmente. Uma das chapas denominava-se «Consciência Universitária Nacionalista» e a outra «Universidade Nacionalista». Ambas tinham muitos pontos em comum em seus programas, tanto no que se refere às reivindicações dos meios universitários quanto ao ensino, como nas teses de ordem geral ligadas à própria vida do país, que preocupam os estudantes e já são uma tradição nos meios universitários e ginásias do Brasil. As questões relacionadas com o movimento nacionalista se encontravam no centro de ambos os programas, e neste terreno não havia divergências de princípio. Fortes elementos nacionalistas se encontravam tanto numa como na outra chapa. Assim, na sessão plenária do Congresso, no dia 1º de agosto, quatro oradores que se fizeram ouvir como representantes das duas chapas para indicação do novo presidente da UNE, foram todos unânimes em salientar a necessidade de manter, bem alto a bandeira do nacionalismo e da democracia na Casa da Resistência Democrática — a tradicional União Nacional dos Estudantes.

Como era de esperar, o pleito foi bastante renhido. Venceu por pequena margem de votos a chapa mais consequentemente defensora dos princípios nacionalistas e democráticos, denominada «Consciência Universitária Nacionalista». Esta chapa, que se propõe seguir a orientação

da diretoria anterior, é abraçada pelo estudante Raimundo Eirado, da Bahia. Obteve 326 votos, contra 311 dados à «Universidade Nacionalista».

Assim ficou constituída a nova diretoria da UNE:

Presidente — Raimundo Eirado (Bahia)

1º Vice-Presidente — José P. Pertence (Minas Gerais)

2º Vice-Presidente — Irevaldi Rocha (Pará)

3º vice-Presidente — Rudi A. Bauer (Santa Catarina)

4º Vice-Presidente — Pedro de Carvalho (Sergipe)

Secretário geral Dalton Cunha (Paraíba)

1º Secretário — José Furtado (Rio Grande do Norte)

2º Secretário Fernando Mendonça (Pernambuco)

3º Secretário — José Neder (Goias)

Tesoureiro — Otávio Lira (Maranhão).

O Congresso da União Nacional dos Estudantes, que se encerrou a 1º de agosto, em Baurú, caracterizou-se pelo amplo interesse político reinante nos meios universitários. Coincidiu com a aproximação da visita ao Brasil do Secretário de Estado norte-americano, sr. Foster Dulles, contra a qual se pronunciavam entusiasticamente os estudantes, considerando **persona non grata** o representante do Departamento de Estado. A Declaração de Princípios aprovada, e da qual fizemos um resumo, é uma categórica afirmação de nacionalismo, de espírito altamente combativo dos estudantes brasileiros pelos supremos interesses da nação, pelo desenvolvimento de seu país, pelo bem-estar de seu povo. Os estudantes souberam ao mesmo tempo, num clima de unidade, defender suas reivindicações mais sentidas no terreno do ensino e nas suas relações com a administração pública. O Congresso da UNE transecorreu sob o signo do mais ardente entusiasmo, e ao anúncio da vitória da chapa «Consciência Nacionalista» todos se confraternizaram. O embaixador havia sido fraternal e leal e, na realidade, venceu a unidade estudantil em torno dos mais profundos anseios que movem a juventude.

ATENÇÃO Agentes do Interior de VOZ OPERÁRIA

Qualquer pagamento de VOZ OPERÁRIA, deve ser feito para Henrique Cordova, Avenida Rio Branco, 257 — 170. andar sala 1712 — Rio



Tratando-se de eleição, a «cabala» de votos é natural e necessária. Não podia deixar de haver num Congresso de estudantes, dentro de normas rigorosamente democráticas.

n) manter um programa semanal radiofônico noticioso e cultural;

repudiam qualquer discriminação da ordem ideológica, racial, religiosa, econômica e social e quaisquer tentativas de limitação dos direitos assegurados a indivíduos, grupos e partidos.

Reconhecem os estudantes a necessidade de seguir o Brasil uma política econômica baseada na competição pacífica entre todos os países no terreno diplomático, comercial, cultural, ressalvados os supremos interesses da nação.

Afirmam os princípios de amor à paz e condenam a solução pelas armas dos problemas entre os povos. Neste sentido, repudiam o emprego da energia nuclear e as provas atômicas para fins bélicos, em prejuízo das finalidades humanitárias e pacíficas.

O Congresso da UNE reafirmou a posição nacionalista abraçada pelos universitários, consubstanciada nos anseios de autodeterminação do país no domínio econômico e político. Neste ponto, bate-se pela criação da Eletrobrás, em defesa do monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos, das fontes de riquezas do país e dos meios de transportes imprescindíveis à nossa emancipação política e econômica, ressaltando o propósito de denunciar todos os acordos internacionais lesi-



Delegados ao Congresso Estudantil de Baurú, vendo-se gaúchos com seus trajes típicos.